

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

TIAGO DE CAMPOS

**PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL, A DISTOPIA ENTRE O INSTITUCIONAL E O
REAL: O CASO DO PROJETO CONSTRUINDO A CIDADE**

Porto Alegre
2022

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

TIAGO DE CAMPOS

**PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL, A DISTOPIA ENTRE O
INSTITUCIONAL E O REAL: O CASO DO PROJETO CONSTRUINDO A CIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, na linha de pesquisa Serviço Social, Trabalho e Processos Sociais do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Pereira Diligenti

Porto Alegre
2022

TIAGO DE CAMPOS

**PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL, A DISTOPIA ENTRE O
INSTITUCIONAL E O REAL: O CASO DO PROJETO CONSTRUINDO A CIDADE**

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, na linha de pesquisa Serviço Social, Trabalho e Processos Sociais do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 19 de janeiro de 2022

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Marcos Pereira Diligenti (orientador) – PUCRS

Dr^a. Jane Cruz Prates – PUCRS

Dr^a. Giovane Scherer – UFRGS/RS

Porto Alegre

2022

Ficha Catalográfica

D278p De Campos, Tiago

Patrimônio e Identidade Cultural, a distopia entre o institucional e o real : o caso do projeto Construindo a Cidade / Tiago De Campos. – 2022.

95.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Pereira Diligenti.

1. Patrimônio e Identidade Cultural. 2. Arquitetura e Urbanismo. 3. Território. I. Diligenti, Marcos Pereira. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, Luisa que, apesar de ter tido o direito à educação negado sempre incentivou a mim e a meu irmão que o fizéssemos, hoje, seus dois filhos têm o título de mestrado.

Agradeço também ao SUSTENFAU, grupo de estudo que me acolheu desde os tempos do curso de Arquitetura e Urbanismo e não me furtarei em nomeá-los: ao Prof. Dr. Marcos Diligenti, à Isadora Teodoro, aos Ricardo Araújo, ao Eduardo Cidade e a querida Juanita Oliveira.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Agradeço também ao NEPES – Núcleo de Estudos em Política e Economia Social na figura da professora Jane Cruz Prates, mas também ao grupo todo que desempenha um importante papel de apoio sistemático não apenas aos assuntos relacionados às pesquisas bem como, na criação dessa rede de apoio e afeto que estamos inseridos nesse programa de pós-graduação.

Ao grupo de estudos da Teoria Marxista da Dependência que me introduziu nesse admirável mundo novo do marxismo e que hoje faz tanto sentido na minha vida e na minha caminhada acadêmica.

À equipe de professores que, durante os seis anos de trabalhos realizados pelo projeto “Construindo a Cidade” contribuíram com sua presença e empenho com os alunos e à equipe coordenadora.

À Andreia Becker que comigo desenvolveu o projeto Construindo a Cidade e, sem o apoio e dedicação dela jamais poderíamos ter feito tantas ações como foram feitas.

Aos meus amigos e familiares que sempre estiveram comigo nessa caminhada acadêmica e que de alguma forma contribuíram para a construção desse trabalho.

RESUMO

A legitimação do patrimônio das cidades, que obedece aos preceitos da institucionalidade, vigora no urbanismo contemporâneo, sem considerar de onde, de quem e para quem foram e são feitos. Essa pesquisa pretende lançar um olhar sobre o espaço e o simbolismo dos aspectos icônicos de uma comunidade localizada no Brasil, no estado do Rio Grande do Sul, na cidade de Camaquã a partir da revisão documental de relatórios do projeto de educação patrimonial “Construindo a Cidade”, com base no conceito de identidade cultural desenvolvido por Paulo Freire e na perspectiva Lefebvriana de habitar. Pretende-se com essa análise questionar o valor simbólico dos diferentes espaços urbanos instituídos pela concepção tradicional e oficial deste lócus, em contraponto à vivacidade da percepção das comunidades populares que habitam o lugar em pauta da investigação, o que levou a constatação do papel do Estado no sistemático apagamento dos símbolos populares e da sua função para a manutenção da ideologia burguesa.

Palavras-chave: Patrimônio e Identidade Cultural. Arquitetura e Urbanismo. Território.

ABSTRACT

The legitimation of the heritage of cities, which obeys the precepts of institutionality, prevails in contemporary urbanism, without considering where, from whom and for whom they were and are made. This research intends to take a look at the space and symbolism of the iconic aspects of a community located in Brazil, in the state of Rio Grande do Sul, in the city of Camaquã, based on the documentary review of reports from the heritage education project “Construindo a Cidade ”, based on the concept of cultural identity developed by Paulo Freire and on the Lefebvrian perspective of inhabiting. The aim of this analysis is to question the symbolic value of the different urban spaces established by the traditional and official conception of this locus, in contrast to the vivacity of the perception of the popular communities that inhabit the place in question, which led to the realization of the role of the State in the systematic erasure of popular symbols and their function for the maintenance of bourgeois ideology.

Key-words: Heritage and Cultural Identity. Architecture and Urbanism. Territory.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Capa do inquérito enviado à Câmara de Vereadores de Camaquã **27**

Imagem 2 – Representação do rito seguido pelo projeto Construindo a Cidade.....	28
Imagem 3 – Certificado emitido pelo projeto com a Avaliação do CPHC, da Câmara de Vereadores, da secretaria de Educação e do NPHC.....	29
Imagem 4 – Professores durante oficina de levantamento expedito de uma das salas da Câmara de Vereadores.....	30
Imagem 5 – Exercício de matemática proposto a alunos do ensino regular da cidade de Camaquã.....	31
Imagem 6 – Mapa indicando a posição da cidade de Camaquã em relação ao estado do RS.....	34
Imagem 7 – Mapa de Camaquã com a posição do bairro Getúlio Vargas.....	35
Imagem 8 – Capa do Manual Aprender a Viver juntos.....	38
Imagem 9 – Equipe do projeto Construindo a Cidade em apresentação para a coordenação pedagógica das escolas.....	39
Imagem 10 – Linha Cronológica da Evolução Urbana de Camaquã.....	42
Imagem 11 – Capa da Oficina Relações Éticas.....	43
Imagem 12 – Convite para oficina de Mobilidade Urbana oferecida à comunidade docente municipal da cidade de Camaquã.....	45
Imagem 13 – Mapa com a disposição do patrimônio elencado pelos alunos.....	49
Imagem 14 – Esquema da tríade de Lefebvre aplicada ao caso estudado.....	50
Imagem 15 – Faixa contra o racismo em monumento a Bento Gonçalves, herói da Rev. Farroupilha.....	60
Imagem 16 – Casa de Antero Silveira, exemplar urbano de arquitetura. ANEXO X, Camaquã.....	70
Imagem 17 – Casa de Emílio Scherer, exemplar urbano de arquitetura. ANEXO X, Camaquã.....	71
Imagem 18 – Casa de José Bukowski, exemplar urbano de arquitetura. ANEXO X, Camaquã.....	72
Imagem 19 – Outras Casas, acervo do Anexo X. Anexo X, Camaquã.....	74

Imagem 20 – Conjunto de Casas após intervenção e descaracterização de sua arquitetura.....	75
Imagem 21 – Intendência Municipal de Camaquã, Hoje Câmara Municipal de Camaquã. Anexo X, Camaquã.....	76
Imagem 22 – Antigo Banco do Comércio, hoje anexo à Câmara de vereadores. Anexo X, Camaquã.....	77
Imagem 23 – Capela do Império, importante símbolo religioso da comunidade Açoriana, alguns dos colonizadores da cidade de Camaquã. Anexo X, Camaquã...	78
Imagem 24 – Praça Cel. Sylvio Luiz. Anexo X, Camaquã.....	79
Imagem 25 – Praça Dr. Donário Lopes. Anexo X, Camaquã.....	80
Imagem 26 – Cascata da Água Grande - Fundação Barbosa Lessa, exemplar rural do Anexo X, Camaquã.....	84

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Lista de publicações em arquitetura e urbanismo.....	19
Quadro 2 – Bibliografia analisada do patrimônio da cidade de Camaquã.....	21
Quadro 3 – Lista de Atas obtidas dos professores em resposta ao nosso pedido....	40

LISTA DE SIGLAS

TMD – Teoria Marxista da Dependência

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental

NPHC – Núcleo de Pesquisas Históricas de Camaquã

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. O PATRIMÔNIO DA COMUNIDADE NÃO ERA O MESMO DO ESTADO.....	34
2.1 A VIVACIDADE DO PATRIMÔNIO NA COMUNIDADE.....	48
3. O PAPEL DO ESTADO NA CRIAÇÃO DE UMA DISTOPIA.....	54
3.1 O PATRIMÔNIO É UM DOS PILARES DA QUESTÃO SOCIAL.....	61
3.2 A ARQUITETURA E O DISCURSO HEGEMÔNICO.....	68
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	92
APÊNDICE A.....	95

1. INTRODUÇÃO

Quando falamos de identidade cultural e patrimônio histórico, simbolismos variados vêm à tona, assim como significados imagéticos são lembrados. Mas de onde essas imagens vêm? Onde são construídos esses símbolos tão usuais na sociedade? Famílias de pai, mãe e filhos; homens e mulheres heterossexuais; igrejas brancas de estilo neoclássico; praças no centro das cidades; entre outros que compõem um mosaico de preestabelecimentos que são inseridos historicamente na habitabilidade do lugar, e assumem contornos de ícones oficiais e inquestionáveis. São tantos simbolismos, tanto da vida cotidiana, quanto do constructo patrimonial, que se fundem e confundem e são constituintes do que é produto e produtor na cidade e da nossa identidade cultural.

Questionaremos a definição de patrimônio vigente como sendo esse conjunto de bens reconhecidos, institucionalizados e referenciados pelo Estado, ou seja, tudo aquilo que toma significado de importância para a identificação do povo brasileiro, não é algo natural nem eterno, tampouco estático. No processo de patrimonialização, o ente patrimonializado muda de status, toma aspectos de natureza semântica, jurídica e cognitiva (SHAPIRO; HEINICH, 2013).

Compreendamos que patrimônio, nessa dissertação são prédios, monumentos e sítios elevados de maneira artificial ao status simbólico de importância na construção do que identifica a cultura do povo através de determinados dispositivos institucionais e legais e, caracteriza-se por “um processo que depende fundamentalmente dos poderes políticos” (PRATS, 2005) e que fundamentam e formam o patrimônio institucionalizado e estão circunscritos no espaço que forma as cidades (HARTOG, 2003).

O termo patrimônio é ambíguo, com vários significados e pode ser entendido como um conjunto de bens e costumes tidos como de muita importância e que forma a identidade de determinado povo, delimitado no espaço-tempo formando um labirinto de significados e significações. Há quem diga que “não existe o patrimônio em si, mas sim certas categorizações e qualificações que são socialmente construídas” (VALDEBENITO, 2005, p. 289) e sempre avalizadas pelo Estado que no papel central de cuidador dos bens de interesse social torna-se guardião da identidade nacional.

Discutiremos também, através dos relatos do projeto “Construindo a Cidade”¹ o patrimônio por regimes de ação (HEINICH, 2014) que são os entes e bens culturais considerados patrimônio por apropriação social, um difere do outro pela natureza de sua eleição, enquanto o primeiro tem um processo artificial de escolha, o segundo funciona por apropriação através do uso e de sua importância para determinada comunidade.

Nesta dissertação somente o patrimônio ativado² sofrerá análises relacionadas ao seu papel para a manutenção do sistema capitalista, já que, o Estado tem a chancela de elegê-lo, monitorá-lo e mantê-lo; o patrimônio por regime de ação, é orgânico e relaciona-se com a comunidade que o escolhe, de acordo com o seu uso e valor simbólico para o cotidiano dessas pessoas e contrariamente ao primeiro, esse não sofre nenhum processo artificial de escolha, de maneira orgânica torna-se patrimônio.

Já para o termo identidade vamos tomar como sendo os aspectos psicológicos e cognitivos que unem indivíduos a seus locais de vivência e criam os laços sociais ao meio que está inserido, uma aproximação de Paulo Freire (1986) com a categoria. A identidade em sendo os aspectos que ligam o indivíduo ao meio que este está inserido, conecta-se diretamente ao que tomamos como patrimônio, logo, identidade cultural são então, os símbolos que as sociedades criam e tomam como sendo primordiais para a sua identificação no meio e entre os demais, portanto, a riqueza de identidades e de símbolos encontrados nos mais diferentes grupos que formam a sociedade brasileira não pode ser apagada e invisibilizada em processos de patrimonialização como os que serão discutidos nesta dissertação.

A natureza do trabalho no capitalismo, para o trabalhador, tende “a destruir a sua individualidade e convertê-lo em coisa e escravo de coisas” (Erich Fromm, 1983), logo, identidade cultural relacionada aos bens artificialmente elencados pela institucionalidade, tende a criar uma distorção em relação à realidade visto que a riqueza encontrada no seio da sociedade brasileira não é expressa nos entes patrimonializados, como vamos demonstrar nos próximos capítulos.

1 Projeto de Educação Socioambiental e Patrimonial desenvolvido entre os anos de 2012 e 2018 na cidade de Camaquã (RS) junto à rede de educação pública. Projeto realizado pela servidora municipal Andreia Becker e pelo arquiteto e urbanista Tiago de Campos, autor dessa dissertação de mestrado.

2 Patrimônio ativado são os entes institucionalizados como patrimônio, ou seja, aqueles bens materiais que sofrem processos jurídicos de artificialização para serem elencados de maneira jurídica e elevados a status de bens comuns da população.

Colocaremos o trabalho – assalariado – na centralidade dessa discussão pelo peso que este tem em sociedades como a nossa, logo, quando nos referirmos a trabalho estaremos relacionando-o ao trabalho de natureza assalariada e não ao trabalho inerente à existência humana, esse que confere ação sobre coisas para transformá-las em produtos, fruto da inteligência humana.

Se estamos falando de patrimônio e identidade como esse conjunto de bens reconhecidos pela institucionalidade e que servem ao propósito de forjar um constructo no imaginário social da imagem ideal de um “cidadão de bem”, estereótipo do padrão normativo e heterossexualista que impera na realidade contemporânea, nada mais justo que entendê-lo como processo alienante das classes trabalhadoras, sistematicamente cria, assim, uma classe desconectada da sua própria realidade. Portanto, identidade são todos os aspectos que firmam o ser ideal, a figura ideal de humano que cada sociedade tem, nesses aspectos formadores incluímos a cultura, a linguagem, os costumes, a arquitetura, a arte, a gastronomia e mais uma série de elementos que só são possíveis graças à consciência inteligentemente guiada do ser humano.

Identidade faz parte dos aspectos fundamentais do humano, todavia, com o desenvolvimento do capitalismo e o aprofundamento das ações do capital sobre o ideário do trabalhador, consideraremos a identidade como baliza alienante, papel que desempenha hoje, bem diferente do que um dia foi: um processo de conexão com o lócus, saberes e fazeres.

Na constituição desse constructo existem muitos elementos, a língua; a noção histórica de si mesmo; o acervo artístico e histórico catalogado institucionalmente; as religiões; os povos fundantes, dentre outros elementos que são desdobramento dos citados acima como a música, as tradições e a gastronomia, por exemplo. Todavia nessa dissertação de mestrado, vamos analisar tão somente o conjunto de bens e itens culturais arquitetônicos considerados de valor para a história do Brasil e para o seu povo.

Para uma melhor compreensão do perfil societário brasileiro necessitamos de aspectos e indicadores da sociedade brasileira atual, lembremos a constituição da população que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada no ano de 2019, 42,7% dos brasileiros se declararam como brancos, 46,8% como pardos, 9,4% como pretos e 1,1% como amarelos ou

indígenas, ou seja, a maioria da população não é branca, todavia a nossa identidade geral institucionalizada reflete em sua grande maioria apenas a branquitude.

Entendamos como branquitude o conceito de que brancos ocupam lugares de conforto na nossa sociedade que é hierarquizada pela raça, pela classe e pelo gênero, tal qual explica a doutora em psicologia social Lia Vainer Schucman:

A branquitude é sempre um lugar de vantagem estrutural do branco em sociedades estruturadas pelo racismo, ou seja, todas aquelas colonizadas pelos europeus, porque a ideia de superioridade surge ali e se espalha via colonização. Dessa forma, colocam as definições vindas da branquitude como se fossem universais. O que chamamos de História Geral, por exemplo, deveria ser chamada de História branca europeia. (SCHUCMAN, p. 24)

A filósofa Djamila Ribeiro em “Pequeno Manual Antirracista” (2019) lembra bem o papel dismantelador da identidade que não seja a da branquitude no Brasil quando fala dos incentivos a imigrantes brancos no início do séc. XX:

Os incentivos para imigrantes fizeram parte de uma política oficial de branqueamento da população do país, com base na crença do racismo biológico de que os negros representariam o atraso. Essa perspectiva marcou a história brasileira, **valorizando culturas europeias em detrimento da cultura negra**, segregando a população negra de diversas formas, inclusive por leis e pela esterilização forçada de mulheres negras, práticas que o estado brasileiro manteve até um passado recente, como comprovado pela CPI da Esterilização de 1992, proposta pela deputada federal Benedita da Silva resultado da pressão feita por feministas negras nos anos 1980. (RIBEIRO, 2019. p. 79, grifo nosso).

Desde o início do último século o Estado brasileiro incentiva a cultura europeia em detrimento das culturas negra e indígena, o cenário não parece ter mudado desde então, como também não mudamos a realidade da qualidade de vida e, atualmente ostentamos números e indicadores humanos dignos das épocas mais sombrias da humanidade, a vida do povo se resume ao trabalho assalariado e à tentativa de sobrevivência, em um meio ambiente cada vez mais hostil e degradado, todos esses fatores são agravados pela pandemia que se instalou no ano de 2020 após a eclosão do vírus Sars-CoV-2. O fato de que mais da metade dos brasileiros vive com menos de um salário-mínimo por mês, R\$1212,00 (mil duzentos e doze reais), reflete não apenas a incapacidade de respostas econômicas por parte do Estado, bem como a anestesia social que é promovida para manter a população trabalhadora pacífica, ocultando assim, os processos da luta de classes, o

patrimônio serve como um guardião dos interesses das classes dominantes sobre o proletariado e uma das suas funções é anestesiar a vida.

A instauração de um regime branco, heteronormativo e de natureza burguesa perpassa pela cooptação das diferentes identidades ao redor do mundo e na tentativa de “lavar” qualquer sinal identitário diferente ou na manipulação destes sinais. No ambiente brasileiro, a manipulação se seguiu de maneira abrupta e agressiva, basta olharmos as nossas cidades, os nossos costumes e reparar o quanto eles se parecem com os da Europa ou dos Estados Unidos. Carregamos um sem número de cores e etnias no seio da nossa sociedade e mesmo assim, as mais proeminentes delas, quando olhamos para patrimônio arquitetônico e urbanístico são as características brancas do povo europeu. Onde a identidade desse povo está refletida? Onde a história institucional protegida representa o povo brasileiro?

Chegamos a um ponto crucial na identificação dos espaços de disputa do imaginário e ideologia de trabalhadores e trabalhadoras, não estamos mais apenas disputando esse imaginário no chão das fábricas ou no discurso acadêmico e economicista, essa disputa acontece sistematicamente no campo artístico e cultural que, é um dos principais ingredientes para a construção da identidade dos povos. Salientamos aqui a qualidade interdisciplinar que alcançamos ao unir a Arquitetura e Urbanismo com o Serviço Social, o primeiro entende e modela o espaço material de vivência da espécie humana, o segundo entende e trabalha com os agentes desse espaço, compreende a questão social³ e com ela trabalha. Unindo aquele que molda o espaço com o outro que compreende as relações que acontecem nesse espaço, propiciamos assim, possibilidades de enriquecimento mútuo de duas áreas do conhecimento humano aplicado. União essa, de suma importância na tentativa de subverter a realidade capitalista em algo novo, livre e desalienado.

Durante o curso de arquitetura e urbanismo, debruçados sobre o estudo do tema do patrimônio, o “*modus operandi*” do fazer patrimônio, deparamo-nos com a evidente escolha e preferência pelas características europeias de arquitetura, cabe ressaltar aqui, por exemplo, que até mesmo as disciplinas que estudam a América Latina e a arquitetura brasileira, todas utilizam e demonstram tão somente

3 A concepção de questão social mais difundida no Serviço Social e a que será utilizada nessa dissertação é a de Carvalho e Yamamoto (1983, p. 77): “A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão”.

exemplares de arquitetura pós invasão europeia à América, que carrega, até no nome o seu “conquistador”.

Criar um ambiente consciencial de ideal de beleza e qualidade perpassa não apenas a legislação. O apagamento sistemático das identidades dos nossos povos tem raízes também na educação e no ensino. Não será o foco dessa dissertação uma crítica profunda ao ensino de arquitetura e urbanismo, todavia ressaltamos a importância de fazê-la com qualidade. O sistema acadêmico que também tem raízes profundas na classe, no gênero e na raça está imerso na questão social. Um exemplo clássico desse processo de apagamento é o foco do estudo do urbanismo no Brasil pré colônia não existir, portanto todo o saber dos povos originários brasileiros ser inexistente, mesmo sabendo da pujança que a Amazônia vivia. Durante os estudos do Brasil colônia o urbanismo e a organização jesuíta são estudados à exaustão.

Sendo assim, o problema fundante dessa dissertação cresce aos nossos olhos: a compreensão de como a identidade do trabalhador é refletida no patrimônio e nos processos de Patrimonialização. Portanto, lançar um olhar sobre o território e o simbolismo dos aspectos icônicos e questionar o valor simbólico dos diferentes espaços urbanos instituídos pela concepção tradicional e oficial dos territórios, em contraponto à percepção das comunidades populares é fundamental.

Neste sentido, buscamos entender como a identidade institucional branca, os valores e normativas institucionais racializadas, refletem na constituição da identidade de trabalhadores e assim encobre as estratégias e resistências sociais na melhoria da sua própria existência. Identificar e compreender as operações do capital através do Estado no campo do Patrimônio e, compreender como as comunidades vêm construindo as suas redes de identidade são fundamentais na tentativa de buscar um novo horizonte ao caos instaurado nos tempos do neoliberalismo⁴.

A presente dissertação de mestrado divide-se em 3 eixos de análise fundamentais:

O 1º primeiro eixo foi o de pesquisa documental da legislação existente no município de Camaquã (RS) e na federação sobre a responsabilidade constitucional do Estado de ser o “guardião” da cultura e do patrimônio histórico dos seus

4 Teoria socioeconômica capitalista onde a participação do Estado nas ações econômicas é desarticulada. O Estado de bem-estar é combatido em nome da autonomia geral do mercado e da entrega dos bens públicos para a iniciativa privada.

cidadãos, para essa análise utilizamos a técnica de análise de discurso de Teun van Dijk (anos).

Uma tarefa característica do estudo do discurso é fornecer descrições integradas em suas três dimensões: como o uso da linguagem influencia as crenças e a interação, ou vice-versa? Como alguns aspectos da interação influenciam o modo de falar? Ou como as crenças controlam o uso da linguagem e interação? Além disso, além de fornecer descrições sistemáticas, pode-se esperar que o estudo do discurso formule teorias que expliquem essas relações entre o uso da linguagem, as crenças e a interação social. (VAN DIJK, 2000, p. 23).

A análise crítica do discurso tem como eixo norteador a concepção de que a maneira que se fala, e de onde vem o discurso desempenha um papel de suma importância na aceitação, por parte da população que, inserida em um contexto social capitalista, embebida no tripé classe, raça e gênero da questão social, recebe informações e signos que forjam em seu imaginário a noção de quem se é num processo simbiótico onde a informação externa encontra eco no imaginário cognitivo preexistente, por isso que o sistemático assalto da identidade e da percepção de si são de importância ímpar num sistema como o capitalista. Logo, a leitura e análise do processo de criar patrimônio, que é puramente artificial, e da legislação que o guia é necessário para o entendimento do tema, já que patrimonialização é “uma categoria eminentemente ocidental e que acompanha a história dessa civilização” (HARTOG, 2003, p. 163-206). Para o levantamento de informação, a documentação escolhida e analisada foi a seguinte:

- a) Lei Orgânica do Município de Camaquã;
- b) Plano Diretor do Município de Camaquã;
- c) Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937 que cria o IPHAN;
- d) Decreto-Lei nº 8.534, de 2 de janeiro de 1946 que atualiza diretrizes do IPHAN;
- e) Portaria Normativa 375 de 19 de setembro de 2018.

Nessa fase da análise crítica do discurso da legislação, tomamos os parágrafos e alíneas que falam exclusivamente da cultura na lei orgânica do município de Camaquã, cidade utilizada como diagnóstico nesta dissertação, analisamos a maneira linguística característica da legislação brasileira que põe o Estado como protagonista do resguardo da cultura e da identidade da população ou da ideologia do Estado burgues, já que como lembra Theodor Adorno “identidade é a forma originária de ideologia” (Adorno, 2009, p. 128), essa fase da análise também

conta com a Teoria Marxista da Dependência⁵ que nos demonstra como o fazer do Estado é para nações subalternizadas, como a brasileira, um motor ideológico de manutenção da sociabilidade burguesa capitalista, já que: Uma das características da sociedade moderna burguesa é a de criar uma organização disciplinar na qual o poder se produz e reproduz na consciência, nos corpos e nas operações sociais (OSÓRIO, 2019).

Já a análise da legislação que institui o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, autoridade máxima do patrimônio no país, é primordial pois suas leis e normativas servem de base para as legislações municipais. Utilizamos as suas atualizações e a portaria normativa que atualiza as diretrizes para a construção do patrimônio para a identidade nacional, que tem como base a participação popular como um dos fundamentos do discurso legislativo contemporâneo e demonstraremos que a prática mostra-se diversa e são os valores comunitários, os preteridos nos processos de patrimonialização.

Na busca de referencial teórico que aporte e corrobore com os aspectos do problema de pesquisa dessa dissertação, buscamos artigos e periódicos em arquitetura e urbanismo com os termos “patrimônio” e “participação popular”. Voltaram em sua maioria, discussões puramente arquitetônicas sobre o patrimônio (conservação e restauração), o que foge do escopo desta dissertação.

Os artigos que retornaram com os termos exatos que foram procurados versavam sobre ações que aconteceram, em sua maioria, em regiões do sul do Brasil com colonização alemã ou italiana, e que utilizam o patrimônio como forma de gerar lucros através do turismo. Inicialmente consideramos versar sobre o tema do uso de prédios históricos para tal finalidade, todavia, como não queremos, aqui, discutir o uso ou não uso da arquitetura histórica e os seus aspectos filosóficos concernentes ao tema, ação exclusivo da Arquitetura e Urbanismo, vamos apenas citar este aspecto para o qual a ativação patrimonial também pode ser utilizada, o da exploração do turismo, fazendo uma breve incursão sobre o tema.

Abaixo um quadro com os artigos mais relevantes sobre o tema em Arquitetura e Urbanismo que, todavia não compreendem a discussão proposta nessa dissertação de mestrado.

5 A Teoria Marxista da Dependência consiste em uma vertente do pensamento marxista dedicada a discutir, no contexto de mundialização do capital, as particularidades do desenvolvimento das economias dependentes, em especial as latino-americanas.

Quadro 1 – Lista de publicações em arquitetura e urbanismo

Título	Temas	Justificativa
A Participação Popular como instrumento de democracia em sede de administração Pública: Uma análise do processo de destombamento do patrimônio cultural. 2017	Arquitetura e urbanismo; participação popular; tombamento.	Neste artigo a discussão centra-se no papel assegurador do Estado sobre o patrimônio e na participação popular para a devolução de bens para os seus proprietários.
Participação social na preservação de sítios históricos urbanos. experimento metodológico no sítio histórico de Santa Leopoldina. 2017	Arquitetura e Urbanismo, Preservação de Sítios históricos; ativação patrimonial.	Nessa dissertação de mestrado a autora utiliza um sítio histórico com evidente estética europeia e trabalha o envolvimento da população na preservação arquitetônica deste.
Conservação integrada: estudo sobre a participação popular no planejamento e na gestão urbana de São Luís. 2008	Conservação Integrada; Participação Popular.	Nesse artigo a discussão centra-se num estudo de caso que utiliza os conceitos da conservação Integrada da cidade com o seu patrimônio histórico, apesar de considerar a participação social como fundamental, a natureza da conservação, novamente não é levada em consideração
Preservando o Patrimônio Histórico. 2004	Manual de gestão; patrimônio e cidades	Nesse manual de gestão par ao patrimônio, a centralidade da publicação é a gestão e a preservação do já existente patrimônio histórico nas cidades.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

Salientamos que existem muitos outros processos que incluem as populações quilombolas e indígenas na patrimonialização de bens materiais e, principalmente imateriais que, são temas de orientação museológica, área do conhecimento que foge às análises aqui compreendidas.

O 2º eixo foi o de investigação do catálogo municipal de patrimônio, principalmente o listado no Plano Diretor municipal, mais especificamente o chamado “Anexo X”, onde estão contidos os prédios e espaços considerados de valor histórico para a sociedade camaquense. Neste eixo também serão analisados os documentos criados pelo Núcleo de Pesquisas Históricas de Camaquã (NPHC), uma instituição não governamental privada que, recebeu a outorga municipal, extraoficialmente, para ser um núcleo de pesquisa e de criação de conteúdo histórico para abastecer o Conselho de Patrimônio Histórico de Camaquã que, por

sua vez, avalia o patrimônio a ser listado em leis específicas, é neste eixo que se demonstrará como o patrimônio institucionalizado leva a criação de uma identidade branca, europeia e, sobretudo, de hegemonia burguesa já que:

Quanto maior for o desconhecimento dos condicionantes e dos instrumentos da patrimonialização ou da valorização do patrimônio pelas estruturas do poder, maior será a imposição simbólica e material das opções patrimoniais selecionadas, porque menores serão as possibilidades de criticar, contestar ou deslegitimar as opções legitimadas, ao desconhecer como, por que e para que a ativação patrimonial se deve (ARRIETA URTIZBEREA, 2016, p. 13).

Podemos aferir a qualidade de consultor para a prefeitura municipal de Camaquã na introdução da última publicação e atualização de sítios e prédio históricos que o NPHC fez a pedido da Secretaria de Planejamento:

O Núcleo de Pesquisas Históricas de Camaquã – NPHC, atendendo solicitação da Secretaria Municipal do Planejamento, através do ofício PDC Nº 009/2006 de 09 de fevereiro de 2006, organizou o presente álbum, com a identificação de imóveis com valor histórico ou arquitetônico, para integrar os bens que, pelo seu valor intrínseco, devem merecer a custódia do poder público e cumprir requisito da Lei Federal que regula a implantação do Plano Diretor dos municípios. (NPHC, 2006).

Sistematizamos a referência bibliográfica e icônica do segundo eixo de análise com uma publicação de valor importante para cada ente citado, um para a municipalidade e outro para o NPHC:

Quadro 2 – Bibliografia analisada do patrimônio da cidade de Camaquã

PLANO DIRETOR	ANEXO X do Plano Diretor.
NPHC	“Camaquã: Terra Farroupilha”, 2015.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Anexo X chamado de Zona Especial de Interesse Cultural, Histórico e Arquitetônico (ZEICHA) elenca os prédios e sítios históricos de valor arquitetônico e cultural para a sociedade de Camaquã, já a publicação “Camaquã: Terra Farroupilha” do NPHC descreve o desenvolvimento histórico da cidade e da sua importância, focado nos acontecimentos da revolução farroupilha entre os anos de 1835 a 1845.

A metodologia de análise empregada neste segundo eixo de trabalho foi a da dialética crítica marxiana juntamente da análise crítica de discurso. Primeiramente analisamos os exemplares arquitetônicos elencados pelo corpo técnico e social do Conselho do Patrimônio Histórico de Camaquã e posteriormente expomos de

maneira crítica essa escolha, cotejando principalmente com a formação societária da cidade de Camaquã. Na publicação “Camaquã: Terra Farroupilha” vamos utilizar a dialética crítica e a análise de discurso, com essas duas técnicas encerramos assim o ciclo análise/exposição que o método dialético crítico exige.

Já o 3º eixo foi a avaliação e demonstração da capacidade que a própria comunidade tem de criar o seu patrimônio e como ela “burla” a institucionalidade e tem a capacidade de, inclusive, lutar pelo seu espaço e patrimônio, para tanto, escolhemos utilizar as informações colhidas de forma anônima com 180 (cento e oitenta) alunos com idades entre 10 (dez) e 13 (treze) anos, das turmas de 6º ano do ensino fundamental que participaram das oficinas realizadas pelo projeto “Construindo a Cidade” nos anos de 2015, 2016 e 2017 na Escola Municipal de Ensino Fundamental Marina de Godoy Netto, essas oficinas contaram com a concordância da Secretaria de Educação do Município para a sua realização, bem como a aceitação das equipes de direção, coordenação e supervisão das escolas municipais em especial desta escola escolhida para o diagnóstico nessa dissertação de mestrado.

Cabe narrar aqui uma importante reviravolta que levou à escolha de coletar informações já produzidas em vez de criar experiências com os alunos. Com a eclosão da sindemia⁶ de Covid-19 e a impossibilidade sanitária de acesso às escolas. Foi necessário então, recorrer às informações já existentes fruto de oficinas realizadas nos anos citados. A dificuldade de recolher os relatórios levou-nos ao envolvimento dos professores e escolas que participaram à época das oficinas do projeto “Construindo a Cidade” na obtenção desses relatórios.

Buscamos então, entrar em contato com cada uma das escolas, que devido às restrições sanitárias estavam fechadas, sendo assim, a secretaria de educação não tinha maneiras de contactar as secretarias. Buscamos contato com os professores que participavam das ações à época da execução dos trabalhos.

O contato se seguiu via telefônica, e-mail e pelas redes sociais. Obter o número de 09 atas demandou-nos bastante tempo e muito esforço. Foram recolhidos, então, documentos antigos de professores que não mais faziam parte

⁶ Sindemia caracteriza a interação mutuamente agravante entre problemas de saúde em populações em seu contexto social e econômico. O conceito foi cunhado por Merrill Singer a partir de estudo sobre o entrelaçamento entre a síndrome da imunodeficiência adquirida e a violência em cidades estadunidenses. Problemas de saúde e sociais se agrupam em comorbidade crescente a partir de fatores sociais, psicológicos e biológicos, embora os agravos à saúde sejam enfermidades crônicas não transmissíveis.

das escolas. A ideia inicial era de fazer um grande conjunto de relatórios e utilizar toda a cidade como referência, mas, o escasso retorno das mais de 33 escolas levou-nos a considerar utilizar as atas de uma única comunidade já que as informações da escola escolhida estavam mais completas e também pelo fato de o bairro ter sofrido, nos anos de 2008 a 2011 regularização fundiária bem documentada, o que cria um cenário com informações concretas para uma análise mais circunscrita e de maior acurácia.

Ao iniciar a análise das atas nos deparamos com a dificuldade documental de lidar com o material recebido, eram atas de relato escolar simplificado e que não podem ser transcritas por se tratarem de documentos ligados à memória escolar de alunos e professores, portanto, raros foram os momentos que transcrevemos o conteúdo das atas escolhidas para uso nesta dissertação, salientamos também que o próprio projeto tem um grande acervo de imagens das oficinas, todavia não temos a autorização para uso dessas imagens. Nelas, aparecem nitidamente professores e alunos que participavam das oficinas, o que acarretaria em violação ética já que dado o momento que estamos, procurar solicitar o uso da imagem dos participantes seria inviável. Os relatórios gerados pela equipe do projeto Construindo a Cidade estão de posse da Câmara Municipal de Vereadores que não retornou aos nossos pedidos e em visita, alegaram não ter acesso à sala onde estão os documentos já que a servidora responsável está em regime de teletrabalho e somente ela pode acessar a sala que tem documentos históricos frágeis.

O corpo docente da escola escolhida permanece quase o mesmo, a direção escolar continuou com as oficinas através de seus professores, o que propiciou um rápido retorno das informações por parte da EMEF⁷ Marina de Godoy Neto. Com esse cenário de rápido retorno aliado a produções mais densas sobre a história do bairro Getúlio Vargas, decidimos então, utilizar apenas os relatos dessa escola e aprofundar um pouco a história do bairro.

A referida escola é situada no bairro Getúlio Vargas, que é marcado pela pobreza e por um processo de regulação fundiária que perdurou por anos e muita luta por melhorias na qualidade de vida, iluminação, saneamento básico e água encanada por parte da comunidade constante, evidenciada pelo ato heroico que, no ano de 1996 durante a última grande enchente que fez submergir metade da cidade,

7 EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental, abreviação utilizada na identificação das escolas municipais.

inclusive o bairro, levou os moradores a abrir, na estrada federal BR 116, uma vala possibilitando o escoamento da água e assim o esvaziamento do bairro, história essa que é narrada no livro “Regularização Fundiária: Conquista heroica do bairro Getúlio Vargas em Camaquã” do autor Fúlvio Lessa da Rosa⁸ lançado em 2012 pela editora Evangraf.

Aliando então a análise da legislação, da sua linguagem e do seu conteúdo com as publicações de caráter histórico e arquitetônico da municipalidade de Camaquã e os relatos da comunidade escolar escolhida formamos o núcleo dessa dissertação de mestrado, demonstraremos como o Estado burguês constitui-se de motor ideológico da sociabilidade capitalista através das suas publicações de caráter patrimonial e histórico criando assim uma noção distópica da sociedade sobre si mesma, bem como demonstraremos que a comunidade em questão, mesmo vivendo em calamitosa situação, tem ciência da importância que elencar elementos e ícones com valor histórico e patrimonial tem para a manutenção da coesão social, mesmo que limitada ao seu bairro.

O termo distopia utilizado nesta dissertação, guarda importante relação com a realidade atual. O termo “utopia” vem do grego “*u*” não e “*topia*” lugar, ou seja, um “não-lugar”, espaço que não existe, comparado à realidade e, geralmente é utilizado para descrever uma sociedade perfeita, de felicidade e igualdade e, sofre de interpretações e concepções maniqueístas, mas, evocamos Eduardo Galeano (1994) quando cita Fernando Birri:

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Quando escolhemos inserir o termo distopia no título da dissertação, foi justamente para evidenciar que, quando o Estado se esforça em criar simbolismo e ícones que supostamente representam a sociabilidade atual porém utilizando-se de valores e obras que representam as classes dominantes, opressoras da sociedade, ele está corroborando com a intensificação da distopia criada pela sociabilidade capitalista e agudizada pelo neoliberalismo em expansão nos dias atuais.

⁸ Fúlvio Lessa da Rosa é uma importante figura da cidade de Camaquã. Hoje ocupa o posto de procurados do Município e foi participante ativo das ações de regularização fundiária no bairro Getúlio Vargas.

E nessa realidade da opressão que a sociabilidade capitalista nos envolve a todos, forma uma sociedade que vive em disputa pela vida e pela sobrevivência. Evidenciar as artimanhas do Estado burguês nesse jogo é um passo primordial na busca de uma nova narrativa de vida. Jaime Osório (2019) quando fala das características da política e da sociabilidade capitalista exprime com clareza o proceder das forças de opressão e resistência:

As sociedades capitalistas constituem espaços de força, territórios nos quais se criam e se movem forças sociais, resultado da presença de classes sociais, frações e setores que estão em disputa e se confrontam. A base da política está formada pelas inúmeras atividades que podem gerar e acumular forças para exercer e manter o poder político ou para resistir, disputá-la e alcançá-la. (OSÓRIO, 2019, p.94)

Revisitar o histórico de ações e analisar a capacidade de manutenção da ideologia burguesa nas ações do Estado, nos faz refletir e conjecturar que a partir das comunidades é que poderemos construir uma nova sociabilidade. Continuar com os trabalhos junto das escolas é imperativo para dar valor a oportunidade de estar inserido num meio acadêmico de tanto apoio e inovação.

A capacidade e a necessidade de intervir na realidade na qual vivemos é um sentimento inato do ser humano, comprometer-se com o andamento da sociedade e da comunidade enche de significado e significância as nossas existências, entendendo esse processo são criados dispositivos legais que impelem a municipalidade em promover ações que corroborem e promovam a participação popular nos processos de Patrimonialização através da educação patrimonial, a inovação do projeto “Construindo a Cidade” dá-se também pela sua construção ser anterior às primeiras normativas e orientações para a participação popular serem emitidas pelo órgão competente, apesar de o tema já ser discutido a bastante tempo na academia, é somente no ano de 2014 com a publicação “Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos” do IPHAN que o tema foi proposto e sugerido com mais eloquência às municipalidades:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera ainda que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades

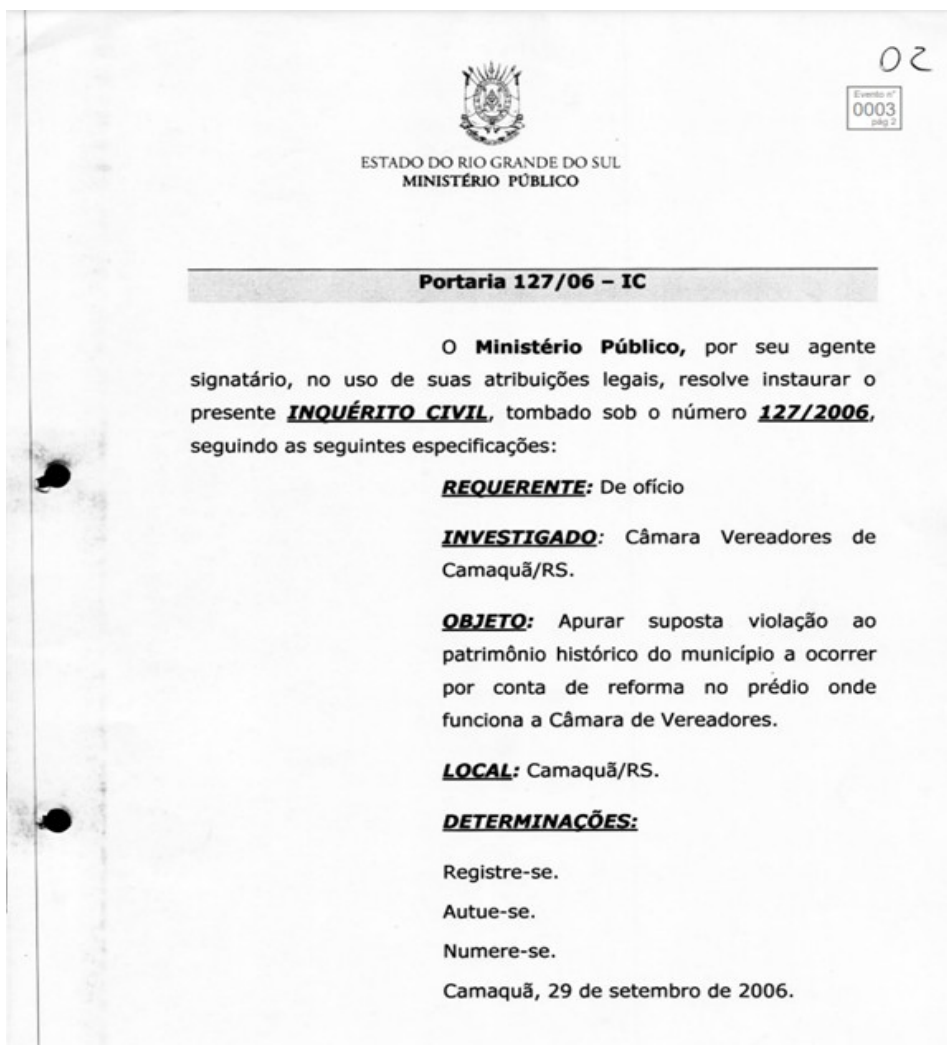
detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural (IPHAN, 2014, p.19).

Com esse intuito que o projeto Construindo a Cidade foi pensado no ano de 2012 logo após sucessivas notificações ao município pelo Ministério Público pelo não resguardo de suas obras arquitetônicas tidas como de valor histórico e arquitetônico.

O ano de 2012 foi marcado pela grande expansão imobiliária na cidade, reflexo do andamento econômico do país. Alguns exemplares de prédios antigos e com valor histórico e arquitetônico foram demolidos sem autorização durante a noite, evitando assim, qualquer possibilidade de embargo das obras por parte dos órgãos competentes. Simultaneamente a municipalidade era notificada por ações impróprias nos prédios onde, por exemplo, a câmara de vereadores funcionava e funciona até hoje. Podemos constatar no inquérito civil nº 127/06 que implicava a câmara de vereadores em uma investigação criminal por não respeitar métodos e normas legais quando da intervenção em imóveis tombados ou listados em documentos públicos que garantem a integridade dos estilos arquitetônicos ou métodos de construção antigos.

No caso desse inquérito, o corpo de vereadores foi notificado por obras de melhorias internas que não respeitavam o piso e nem algumas paredes que continham tijolos e argamassas de feitiço antigo e que não são mais executadas daquela maneira nos dias de hoje.

Imagem 1 – Capa do inquérito enviado à Câmara de Vereadores de Camaquã



Fonte: Acervo do autor.

Uma importante incumbência que o Ministério Público dá à Câmara de Vereadores é a de

[...] realizar ações de educação, esclarecimento, promoção, sensibilização e aproximação junto à comunidade, aos proprietários e às entidades, e apoiar ações que objetivem capitalizar recursos públicos e privados de outras esferas, os quais contribuíram para proteger dito patrimônio. (MPF - inquérito 127/006, alínea 2).

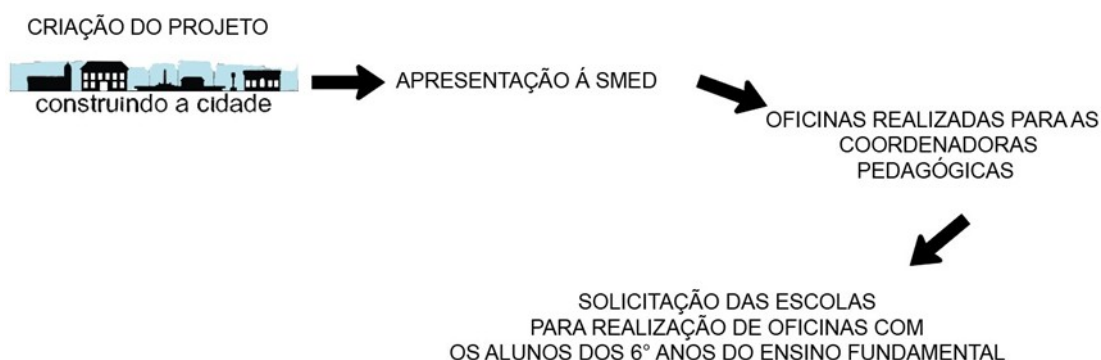
Apesar de o inquérito ter sido expedido no ano de 2006, foi somente no ano de 2012 que ações mais enfáticas começaram a ser tomadas por parte da Câmara de vereadores. À época eu era aluno de Arquitetura e Urbanismo e o tema da cidade e do patrimônio histórico eram foco da minha atenção e interesse, portanto, na intenção de ajudar, de alguma forma a minha cidade natal, eu participei de algumas

reuniões do Conselho do Patrimônio Histórico onde conheci a servidora Municipal Andréa Becker, juntos decidimos então, criar um projeto que comportasse Educação Patrimonial e defesa do Patrimônio Histórico da cidade de Camaquã atendendo assim as ações que o Inquérito 127/06 impunha ao legislativo municipal.

As primeiras ações para a criação do projeto foram a leitura e a análise do currículo das escolas municipais onde, identificamos que o 6° (sexto) ano estuda, em suas disciplinas de história e geografia, a cidade de Camaquã como componente curricular para o entendimento do espaço e do território onde habitam esses alunos. Após a construção do projeto que recebeu o nome de: “Construindo a Cidade: O que propomos é, juntos construir a cidade.”, apresentamos para a secretaria municipal de educação que nos avalizou e autorizou a realização das oficinas do projeto nas escolas municipais.

Seguimos o rito preestabelecido pela própria secretaria de educação, onde, primeiramente apresentamos o projeto e algumas oficinas com o tema da Evolução Urbana de Camaquã para o conjunto de Coordenadoras Pedagógicas das 33 escolas Municipais. Após essa apresentação, por iniciativa das escolas, éramos chamados a desenvolver essas mesmas oficinas com os alunos do 6° sexto ano do ensino fundamental, ano escolar que tinha como tema o estudo do espaço-tempo da cidade de Camaquã.

Imagem 2 – Representação do rito seguido pelo projeto Construindo a Cidade



Fonte: Acervo do Autor

A participação dos professores contava também como “horas-aula” dadas devido a relevância do tema para o currículo escolar, inclusive eram emitidos certificados para a devida comprovação da participação dos professores e agentes públicos nas oficinas como podemos ver na imagem abaixo.

Imagem 3 – Certificado emitido pelo projeto com a Avaliação do CPHC, da Câmara de Vereadores, da secretaria de Educação e do NPHC



Fonte: Acervo do Autor.

Uma das oficinas que o projeto Construindo a Cidade criou foi o de levantamento expedito junto de professores e alunos, na Câmara de Vereadores com o intuito de sensibilizar e elucidar a comunidade escolar de como são feitos os levantamentos de tombamento e catalogação de prédios históricos pelos profissionais da arquitetura e urbanismo em atendimento, também ao referido inquérito que exigia do legislativo municipal o tombamento do prédio até o ano de 2015, processo legal este, que, ainda não foi cumprido.

Imagem 4 – Professores durante oficina de levantamento expedito de uma das salas da Câmara de Vereadores



Fonte: Acervo do Auto.

Após o primeiro ano de trabalhos bem-sucedidos, professores de outras disciplinas começaram a procurar o projeto Construindo a Cidade para a realização de oficinas que utilizassem os prédios e sítios históricos como pano de fundo para o ensino, por exemplo, de matemática. Calcular tangente, senos e cossenos utilizando a vida real, a inclinação do telhado da igreja, a forma do canteiro da praça, dá ao aluno a possibilidade de compreender de maneira concreta algo tão abstrato como alguns cálculos de matemática, bem como o meu relato como estudante de arquitetura que utiliza a geometria diariamente nos projetos desenvolvidos durante o curso e após a formação em toda a carreira de Arquiteto e Urbanista.

Imagem 5 – Exercício de matemática proposto a alunos do ensino regular da cidade de Camaquã



Após visita à praça Santa Cruz e a breve explanação sobre a sua história e as aulas sobre trigonometria no triângulo retângulo, vamos agora calcular as dimensões da praça dadas duas das medidas retiradas no local.



Fonte: Acervo do autor.

As oficinas seguiram-se por um ano, novos temas eram abordados como o patrimônio dos bairros, a experiência dos alunos com o patrimônio da cidade. Nessa troca de experiências que aconteciam com alunos e professores, algo começava a demonstrar um lapso de concepção acerca do patrimônio, todo o acervo elencado no plano diretor municipal começava a demonstrar-se deslocado da realidade das comunidades daquelas escolas, um novo patrimônio aparecia e uma nova concepção de espaço também.

Confrontados pela evidente discrepância encontrada nas oficinas e nos relatos obtidos pelos alunos participantes, algumas questões tomaram a pasta, pondo em xeque até mesmo a continuidade das ações. Algumas perguntas pululavam as decisões dos novos rumos a serem tomados no projeto e hoje voltam à tona e constroem, inclusive, as questões que nortearam a construção dessa dissertação de mestrado:

Qual a concepção e as características de patrimônio cultural instituído no Brasil? Visto que, os exemplares que foram apresentados à comunidade escolar eram todos de matriz europeia e do círculo da burguesia daquela comunidade, não encontrando nenhuma relação com as culturas e identidades da comunidade escolar apesar de a participação popular estar inclusa no cerne das legislações de Patrimonialização.

Quais os determinantes que conformam a conceituação e a constituição do patrimônio cultural estudado? Torna-se fundamental a compreensão de como as comunidades ou a classe trabalhadora definem e caracterizam o que consideram patrimônio cultural. Bem como a relação que se pode verificar entre o patrimônio cultural instituído e o construído pelas comunidades ou pelos trabalhadores.

E por fim, faz-se absolutamente necessária a compreensão de como o patrimônio cultural brasileiro contempla a diversidade identitária das comunidades e segmentos populacionais em um ambiente de dependência como o das cidades brasileiras e qual o papel do evidente apagamento das culturas populares por parte do Estado brasileiro?

Sendo assim, postas as questões norteadoras desta dissertação de mestrado, o objetivo geral será o de desnudar o papel do Estado Burguês na invisibilização da identidade cultural das populações trabalhadoras, como toda relação de poder gera também resistência, tornou-se necessário o entendimento de como as comunidades vêm construindo as suas redes de identidade e patrimônio mesmo em um ambiente de branquitude burguesa institucionalizada.

O projeto ético desta dissertação de mestrado centra-se na urgente necessidade de dar voz à identidade cultural do trabalhador brasileiro, criando a possibilidade de assegurar condições de uma transformação mais profunda na sociabilidade do povo trabalhador. Denunciamos uma realidade paralela institucionalizada, mas também anunciamos que existe voz eloquente nas comunidades, que existe vida e patrimônio abundante dentro das comunidades.

A escolha metodológica de análise de discurso em Teun Van Dijk para a legislação dá-se principalmente pela capacidade que essa teoria tem em desnudar, através da linguagem e da propaganda que o arcabouço legal possui, bem como, o discurso criado pelos prédios, monumentos e sítios patrimonializados, que instituem a branquitude cultural como norma.

O papel assertivo que a linguagem utilizada na redação de legislação, incumbe ao Estado resguardar o patrimônio histórico, artístico e cultural – sendo esse um processo puramente artificial – serve a um propósito claro, o de unificar a identidade do povo ao redor de alguns aspectos em detrimento de outros. Nada mais elementar que iniciar o entendimento da legislação pela sua própria linguagem e o uso da língua portuguesa na dissertação das leis, como será analisado no terceiro capítulo, já que a linguagem é um ponto importante da proposta de análise crítica do discurso.

Uma tarefa característica do estudo do discurso é fornecer descrições integradas em suas três dimensões: como o uso da linguagem influencia as crenças e a interação, ou vice-versa? Como alguns aspectos da interação influenciam o modo de falar? Ou como as crenças controlam o uso da linguagem e interação? Além disso, além de fornecer descrições sistemáticas, pode-se esperar que o estudo do discurso formule teorias que expliquem essas relações entre o uso da linguagem, as crenças e a interação social. (VAN DIJK, 2000, p. 23)

Para além de uma análise linguística em Van Dijk, a importância imagética do resultado do trabalho executado durante a patrimonialização, utilizando-se as leis que legislam a criação do patrimônio, nos parece que a produção de patrimônio encerra em si mesma seu início e seu fim ideológico, até porque o patrimônio parece congrega:

a identidade (que não considera as diferenças sociais e culturais), a continuidade (que concebe a nação permanente ao longo de sua história e na qual o passado adquire sentido) e a unidade (que pressupõe a unidade de todos os seus membros) (ZANIRATO, 2018).

2. O PATRIMÔNIO DA COMUNIDADE NÃO ERA O MESMO DO ESTADO

Camaquã é uma cidade do estado do Rio Grande do Sul, com pouco mais de 66 mil habitantes, localizada a 124 km ao sul da capital Porto Alegre. A base da sua economia é o comércio que abastece outros 13 municípios ao seu redor.

Imagem 6 – Mapa indicando a posição da cidade de Camaquã em relação ao estado do RS



Fonte: Acervo do autor.

No passado a cidade teve grande importância no cultivo do arroz o que a levou a ser conhecida como “a capital nacional do arroz parboilizado”. Com a troca de tecnologias no cultivo dessa commodity a cidade perdeu a sua importância.

Segundo informações do IBGE, no ano de 2019 a média salarial dos trabalhadores formais era de 2,3 salários-mínimos. A taxa de escolarização nos anos iniciais (6 a 14 anos) é de 94% o que a coloca na posição 409 de 457 municípios do Rio Grande do Sul.

O bairro onde a escola analisada está inserida, é fruto de ocupação ocorrida nos anos 1980 e regularização fundiária realizada nos anos de 2008 a 2011.

Segundo a Secretaria Municipal do Trabalho e Ação Social no ano de 2017, último ano de trabalho na escola Marina de Godoy Neto:

O bairro Getúlio Vargas constitui em aglomerado humano efetivamente pobre. O levantamento socioeconômico dos domicílios lá existentes da conta dessa realidade: são 364 famílias que fazem parte do programa bolsa família do governo federal e 21 famílias que fazem parte do programa família cidadã. Os demais têm a renda mensal média familiar de até três salários-mínimos ou meio salário-mínimo per capita (informação da SMTAS, 2017).

Imagem 7 – Mapa de Camaquã com a posição do bairro Getúlio Vargas



Fonte: Acervo do autor

O Projeto “Construindo a Cidade” no intuito de apresentar à comunidade da cidade de Camaquã o seu patrimônio institucionalizado através do Plano Diretor da cidade no Anexo X atendendo ao inquérito expedido à Câmara de vereadores, escolheu a comunidade escolar da cidade a partir da análise das possibilidades de trabalho.

A escola além de trabalhar o tema da história e do patrimônio, oferecia fértil campo para o desenvolvimento de oficinas e ações que visassem levar conhecimento à população. Portanto, ao identificar e circunscrever as séries alvo, aquelas que possuem o tema da história da cidade, neste caso o 6º sexto ano do

Ensino Fundamental, criou-se, baseado no já citado Anexo X do Plano Diretor, uma série de oficinas que podem ser encontradas no projeto apresentado à Secretaria de Educação do Município, ao corpo de supervisoras escolares e professores do ensino fundamental, as oficinas eram as seguintes:

1 – Apresentação do Projeto e da equipe, bem como dos objetivos e de que maneira estas ações poderiam ajudar a aprimorar a experiência dos alunos e dos professores com o tema patrimônio à comissão de supervisoras escolares do município de Camaquã;

2 – Apresentação do decreto lei nº 25 de 1937 sobre a criação do IPHAN, como se dão os tombamentos no país e de que maneiras podem ser feitos, apresentando as esferas de tombamento, federal, estadual e municipal, bem como o papel de profissionais da arquitetura nesse processo;

3 – Oficina prática de noções de levantamento e de investigação de monumentos históricos, uma visita à câmara de vereadores e o levantamento arquitetônico (simplificado) de uma das salas da câmara municipal de vereadores;

4 – Oficina sobre paleografia manuseio e restauro de documentos em papel, fotografias e a importância destes documentos para assegurar a memória de um povo, esta oficina é oferecida periodicamente para turmas de alunos junto ao memorial da câmara municipal de vereadores;

5 – Visita aos monumentos e prédios históricos do entorno do centro da cidade de Camaquã, os elencados no ANEXO X do plano diretor;

6 – Oficina sobre evolução urbana de Camaquã, uma breve introdução sobre o tema.

Desses encontros com os supervisores escolares e professores eram gerados convites por parte das escolas para que, durante o período de aulas fossem executadas essas mesmas oficinas com os alunos, o que comporia o currículo de aulas normais de história e geografia. Durante a realização dessas oficinas, os professores relataram as ações em suas atas escolares, documentos esses que ficam de posse da escola e não são consultados pela comunidade escolar além da direção, a supervisão e os professores que as documentam e requerem certo sigilo.

Após algumas oficinas realizadas durante o ano de 2012, e a evidente não correspondência entre o patrimônio institucionalizado e o que era tido como patrimônio pela comunidade escolar observada, denunciou e anunciou

possibilidades alternativas de concepção dos lugares urbanos para além da superficialidade usualmente empregada pela historiografia oficial.

De frente com a percepção e a realização, no senso mais amplo da palavra, de que a realidade se mostrava de maneira absolutamente diferente daquela institucional, restava apenas lembrar Paulo Freire quando demonstrava em “O papel do Trabalhador Social no Processo de Mudança” (Santiago, 1968) a diferença do trabalhador social que apenas anestesia o seu objeto, daquele que interage com os indivíduos que considera agentes:

Se o primeiro, proclamando a inexistente neutralidade de seu quefazer, entretém os indivíduos, os grupos e as comunidades com formas de ação puramente anestésicas, o que opta pela mudança se empenha em desvelar a realidade. Trabalha com os indivíduos, a quem considera sujeitos e não objetos, incidências de sua ação. Por isso mesmo é que, humilde e crítico, não pode aceitar a ingenuidade contida na “frase feita” e tão generalizada em que ele aparece como o “agente da mudança”. Esta não é tarefa de alguns, mas de todos os que com ela realmente se comprometem. (FREIRE, 1968. p. 34.)

A partir da tomada de decisão de que o projeto se voltaria também e, principalmente, à valorização das narrativas e patrimônios encontrados junto às comunidades intervindas, mudou-se a concepção da matriz norteadora de ações, antes unilateral e de fluxo único para um processo de troca e de valorização dos indivíduos como agentes de sua própria transformação, notamos essa guinada nos rumos do projeto, na conclusão relatorial no ano de 2014 e início do ano de 2015, quando escrevemos o seguinte:

O mote do patrimônio levou-nos por um caminho de análise profunda dos problemas que o ser humano enfrenta na cidade, aumentando o horizonte de trabalho e descobrindo que a identidade, o espírito do lugar são o que puxam o ser humano **para um dos seus deveres que é o de cuidar da sua casa, da sua cidade, da sua gente e de si mesmo.** (grifo do autor).

Após 3 anos de projeto dentro de uma metodologia participativa de ações que utilizava os preceitos da educação ética contida no “Manual Aprender a Viver Juntos” criado pela “*Global Network Religion for Children*”⁹. Metodologia que leva em consideração a presença do aluno, no seu papel transformador de si e do meio em que vive. As oficinas seguiam o caminho proposto pelo manual: o do conhecimento

9 Rede Global de Religiões pelas Crianças é uma organização global inter-religiosa e interinstitucional voltada à defesa dos direitos da criança e do adolescente focada em criar no indivíduo coletivo a noção de si e dos demais.

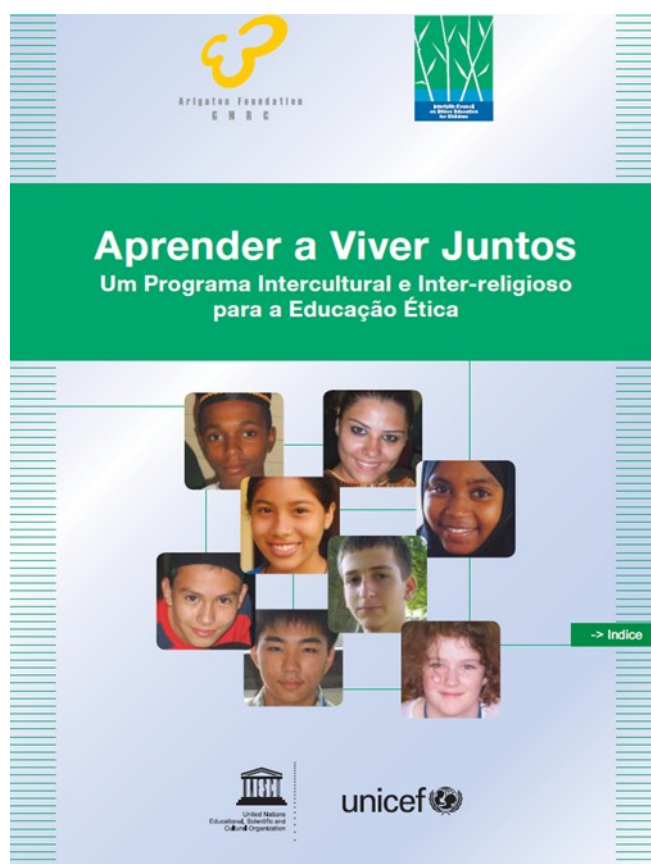
de si; o do conhecimento dos demais; e por fim o da transformação do meio em que vivemos, juntos.

Apesar de o manual ser focado na resolução de conflitos, a sua flexibilidade propiciou a adaptação para o reconhecimento do patrimônio material e imaterial das próprias comunidades, levando assim, a identificação da discrepância entre a realidade e a institucionalidade, isso torna-se um conflito, criado pelo próprio Estado para a manutenção do sistema de classe burguês, uma das expressões da luta de classes.

A escolha da utilização do Manual aprender a Viver juntos se deu pela proximidade dessa organização com os organizadores e também pela matriz ética participativa que o documento apresentava no

Esforço para que seja respeitado o direito das crianças ao pleno desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social, assim como o direito das crianças à educação, conforme estipulado na Convenção sobre os Direitos da Criança. (FUNDAÇÃO ARIGATOU, 2009)

Imagem 8 – Capa do Manual Aprender a Viver juntos



Fonte: Fundação Arigathou, 2009.

Durante os três primeiros anos do projeto Construindo a Cidade a rede esteve presente e acompanhando os projetos executados pela equipe organizadora, inclusive, no ano de 2013 o projeto foi apresentado em um simpósio juvenil na Suíça, representando o Brasil com esse projeto educacional pela utilização das técnicas do manual. Salientamos também da seriedade das propostas que o documento apresenta, até mesmo a UNESCO¹⁰ e a UNICEF¹¹ colaboraram e avalizaram a utilização do manual que tem distribuição mundial.

A proposta inicial para a realização da coleta de informações era a retomada das ações do projeto junto às escolas no município de Camaquã nos anos de 2020 e 2021, todavia com a eclosão da sindemia de SarsCov-2 não foi possível a realização de novas oficinas, portanto como já relatado utilizaremos as informações coletadas nas oficinas realizadas com esses alunos nos anos de 2015 a 2017.

As oficinas realizadas nos anos citados seguiram a mesma metodologia proposta de pesquisa participante, as informações que serão apresentadas aqui, mapas e relatos foram colhidas de forma anônima, inviabilizando assim a identificação dos alunos do 6º ano da Escola Municipal de Ensino Fundamental Marina de Godoy Neto. Salientamos também que a Secretaria Municipal de Educação do Município de Camaquã avalizava todas as oficinas que eram previamente apresentadas à comitiva de coordenadoras pedagógicas escolares.

Imagem 9 – Equipe do projeto Construindo a Cidade em apresentação para a coordenação pedagógica das escolas



Fonte: Acervo do Autor

10 UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

11 UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Após todo o processo de solicitação das informações para as escolas e professores, retornaram 09 atas escolares de 07 escolas diferentes, 3 dessas atas que descreviam as atividades das oficinas realizadas foram da escola Marina de Godoy Neto. Abaixo segue a planilha com as atas e escolas:

Quadro 3 – Lista de Atas obtidas dos professores em resposta ao nosso pedido

Ano	Nome da Escola	Número de Relatórios
2015	EMEF Marina de Godoy Netto	01 ata – turmas 6a, 6b e 6c.
2015	EMEF Francisco Luiz	01 ata – turmas 6b e 6d
2015	EMEF Centeno Crespo	01 ata – turmas 6c e 6d
2016	EMEF Marina de Godoy Netto	01 ata – turmas 6a, 6b e 6c
2016	EMEF José Antônio Netto	01 ata – turma 6b
2016	EMEF Dr. Nadir Medeiros	01 ata – turma 6b e 6d
2017	EMEF Marina de Godoy Netto	01 ata – turmas 6b, 6c e 6d
2017	EMEF Ana Tomazia Ribeiro	01 ata – turmas 6a e 6b
2017	EMEF Manoel da Silva Pacheco	01 ata – turmas 6b e 6c

Fonte: Elaborado pelo autor.

A EMEF Marina de Godoy Neto escolhida como referência e como diagnóstico aparece mais vezes do que as outras escolas do município participantes destes mesmos anos, justamente pela grande adesão tanto dos alunos, quanto da direção e dos professores desta escola. A própria história do bairro que tem o descaso como regra, cria em especial, nessa comunidade uma estrutura robusta de resistência, uma noção de si mesmos bem desenvolvida e um histórico de lutas para a conquista do seu território.

Durante as oficinas realizadas nos anos de estudo, foram reconhecidos vastos acervos de espaços identificados como patrimônio para os alunos das escolas. Praças, terrenos baldios, escadarias urbanas, uma casa abandonada, até árvores apareceram na identificação de patrimônio para a comunidade escolar. O *lôcus* observado entrava em conflito com o *lôcus* catalogado pelo aparato Institucional, lembrando Raquel Rolnik em “A Guerra dos Lugares” (2015):

Estamos diante de uma ‘guerra dos lugares’ ou de uma ‘guerra pelos lugares’. Nesta guerra o que está em jogo são os processos coletivos de ‘contraespaços’: movimentos de resistência à redução dos lugares a ‘loci’ de extração de renda e, simultaneamente, movimentos de experimentação de alternativas e futuros possíveis. (ROLNIK, 2019. p. 365).

A propósito, até mesmo a concepção de patrimônio foi ressignificada por uma noção mais dinâmica do seu funcionamento e o funcionamento do espaço onde essas crianças estavam circunscritas. O patrimônio, antes uma artificialidade erigida pela institucionalidade estatal para a manutenção do ideário burguês, agora veste-se de significado pondo em cheque a distopia que nos é apresentada pela legislação, é o confronto entre patrimônio ativado e patrimônio por regime de ação.

A execução das oficinas quinzenais obedeciam o seguinte roteiro:

- 1– Evolução Urbana da Cidade de Camaquã;
- 2 – Relações Éticas entre Eu e a Cidade;
- 3 – Mobilidade Urbana;
- 4 – Anexo X e o meu Bairro.

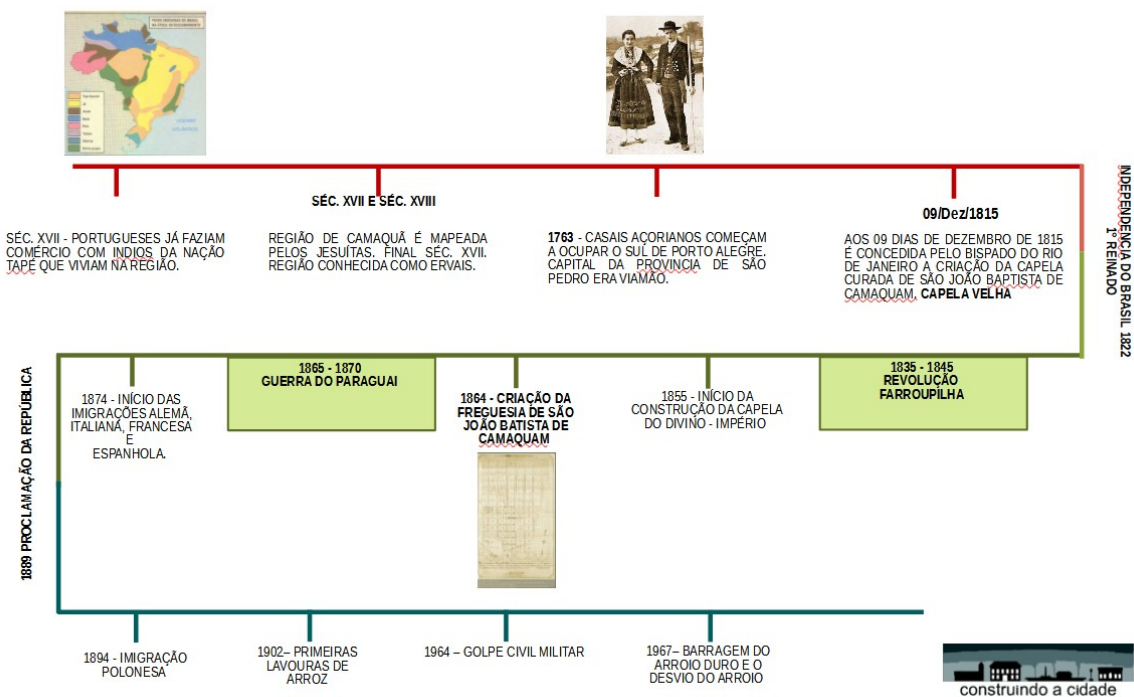
Na primeira oficina uma retomada histórica da cidade de Camaquã era apresentada aos alunos, o início de sua criação, do formato que a cidade era feita devido à colonização Portuguesa; os povos originários da região, a nação indígena do povo Tape e sua relação com a cultura ervateira, desde muito antes da chegada dos invasores europeus na região e o breve relato sobre as etapas que o Bairro Getúlio Vargas passara até tornar-se o bairro de estabelecimento da comunidade em questão: Primeiro fora um lixão, após uma área de reflorestamento, depois um espaço para uma bacia de amortecimento das águas da chuva que se acumulavam devido a baixa altitude da região e por fim a ocupação ilegal com autorização do ex prefeito José Cândido de Godoy Neto no seu segundo mandato entre os anos de 1989 a 1992. Cabe aqui a curiosidade de que Marina de Godoy Neto era Mãe do prefeito que “cedeu” a área para a ocupação do bairro que seria conhecido como “Vila Dique”.

Nessa etapa das oficinas os alunos e professoras eram imersos em imagens históricas que mostravam a cidade como ela era, seus prédios históricos de estilo eclético, art déco, proto moderno e modernista, um acervo já bem desgastado e desconfigurado à época. A alegria das crianças ao reconhecer partes da cidade que elas estavam acostumadas a transitar e descobrir que aqueles entes arquitetônicos também faziam parte da sua história, criava o que os manuais de educação patrimonial buscam com as suas normas e técnicas de inserção da comunidade no roteiro de manutenção e promoção do patrimônio cultural, o sentimento de reconhecimento e pertencimento àquele lugar. Todavia, esse mesmo elenco de

imagens dos prédios antigos não as contemplava, não haviam elementos do bairro delas.

Imagem 10 – Linha Cronológica da Evolução Urbana de Camaquã

LINHA CRONOLÓGICA - EVOLUÇÃO URBANA DE CAMAQUÃ



Fonte: Acervo do autor.

Na segunda oficina eram discutidos os direitos humanos e o direito à cidade, as responsabilidades do Estado para com os seus cidadãos e dos cidadãos para com a cidade. Em especial, nessa oficina utilizávamos as técnicas do Manual Aprender a Viver Juntos, onde, seguindo o roteiro do conhecimento de si, o conhecimento dos demais e, juntos transformar a realidade, criava-se uma atmosfera de envolvimento com o local bastante interessante. Os alunos, quando perguntados sobre si mesmos, de onde eram, apontavam em um mapa do bairro onde residiam e deveriam dar características da sua rua, da sua vizinhança imediata, era assim que as crianças reconheciam a sua existência no “lócus”, apesar de o bairro ser pequeno, as diferenças eram bastante grandes e ao mesmo tempo, alunos de diferentes partes relatavam coisas parecidas como barulhos, cheiros e movimentações. Nesse processo de autorreconhecimento criávamos um ambiente de confiança e os relatos eram cheios de sentimento e verdade.

Nessa etapa das oficinas muitos questionamentos eram levantados pelos alunos e professores, transcrevemos alguns deles que foram extraídos dos relatórios:

- Mas, como eu não posso pôr o lixo na rua? Não passa o caminhão do lixo aqui!;
- “Não podemos nem quebrar a lâmpadas dos postes, a CEEE não troca as lâmpadas queimadas há tanto tempo”;
- “A gente precisa de calçamento na rua pra poder andar aqui, tem muito pó quando está seco e muito barro quando chove”;
- “Como assim nós temos direito à moradia? Olha a situação de algumas famílias que vivem aqui no bairro, dez pessoas em um cômodo de madeira, os colchões ficam levantados de dia.” (CONSTRUINDO A CIDADE, 2015-2017).

Essa última colocação foi a de uma professora que convivia diariamente com a precariedade da vida dos alunos. Podemos notar que a segunda oficina punha a comunidade escolar como protagonista na cidade, isso despertava a noção de que alguma coisa não estava certa, de que a institucionalidade os excluía, todavia exigia deles as mesmas obrigações daqueles que possuíam coleta de lixo regular, lâmpadas nos postes, água encanada e esgoto. Neste momento as arestas começaram a aparecer, questionamentos e inquietudes eram despertados.

Imagem 11 – Capa da Oficina Relações Éticas



construindo a cidade

OFICINA DE EDUCAÇÃO ÉTICA E A CIDADE
Projeto Construindo a cidade, Camaquã, Junho de 2015.

Fonte: Acervo do Autor.

Na terceira oficina que explorava a mobilidade urbana, eram apresentados os diferentes tipos de transporte individual e coletivo. Na comunidade o principal meio de locomoção tanto no interior do bairro quanto no restante da cidade era a bicicleta, o desenho geográfico do município propicia o deslocamento por esse meio por não existirem ladeiras em boa parte do território utilizável no perímetro urbano. Apesar

de a cidade ser pequena e o transporte dentro da cidade ser facilitado pelo próprio relevo, a comunidade viveu durante anos com o isolamento do resto do território municipal. Os limites do bairro, que tem forma triangular, são, a norte o encontro do arroio Duro com o valo de escoamento, a oeste o arroio Duro¹², importante afluente do rio Camaquã, a leste o valo de escoamento de águas da chuva e a sul o dique que forma também a BR 116. Portanto, os conflitos concernentes ao transporte eram grandes e envolviam diretamente a administração pública como podemos ver nos relatos a seguir:

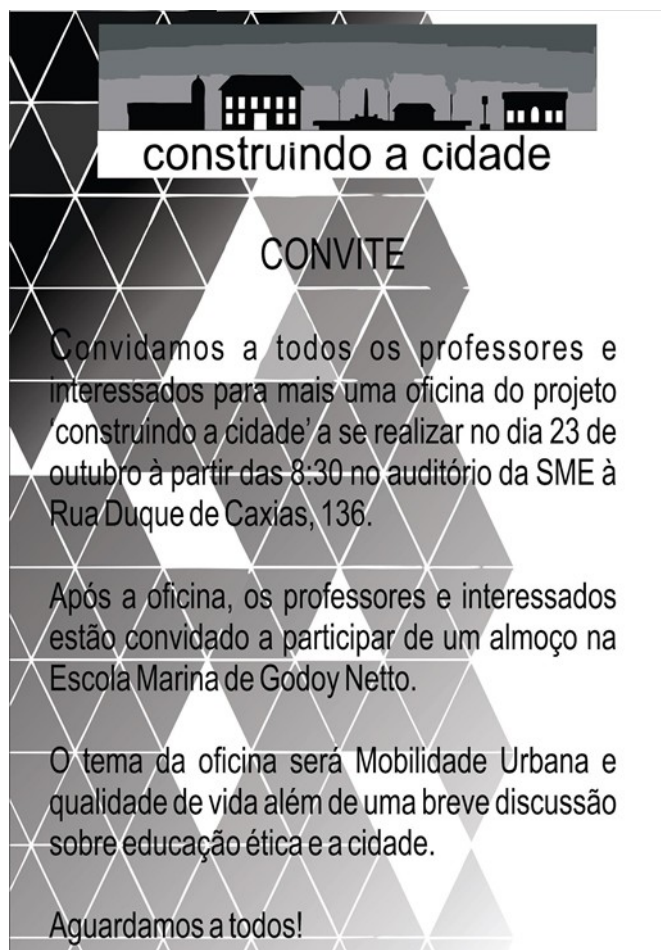
- “Minha irmã foi numa entrevista de emprego, chegou lá toda embarrada, o ônibus não pôde entrar no bairro, a chuva fez o valão subir e o ônibus não quis entrar aqui na vila” (sic);
- “Se eu puder, não ando nos ônibus, tudo empoeirado, a gente chega mais sujo do que saiu no centro”;
- “Canso de chegar à escola com a boca cheia de barro de tanta poeira que tem dentro e que entra nos ônibus”. (CONSTRUINDO A CIDADE, 2015-2017).

Os relatos que eram despertados na apresentação das oficinas geravam certo desconforto, tamanha precariedade da vida daquela comunidade que, todavia, “via graça na sua desgraça”, como foi no último relato de uma professora que ironizou a ida para a escola em ônibus sujos e de péssima qualidade como os que faziam a linha do centro da cidade até o bairro. Notemos que a discussão de temas que envolvam a cidade interconectam-se entre si e formam o tecido necessário à discussão da cidade, até mesmo um tema como os transportes – tido como não arquitetônico, num primeiro momento – pode criar discussões que envolvam vários fatores ligados ao tema da cidade. Cenas como essa nos fazem lembrar de Milton nascimento quando canta Maria, Maria:

Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta. (NASCIMENTO, 1978)

¹² Este arroio é represado e serve de reservatório para a água do município e para a irrigação de arroz. O reservatório da barragem além de servir para irrigação e abastecimento de água à população, ainda faz parte do processo de drenagem da região do Banhado do Colégio.

Imagem 12 – Convite para oficina de Mobilidade Urbana oferecida à comunidade docente municipal da cidade de Camaquã



Fonte: Acervo do autor.

E por fim, era na última oficina onde a discrepância entre a institucionalidade e a realidade era evidenciada de maneira acachapante, entre os mais de 20 exemplares elencados no Anexo X do plano diretor, entre prédios e sítios históricos que eram apresentados aos alunos e professores, nenhum deles estava no bairro Getúlio Vargas mas, e o pontilhão que fora erguido em conjunto com a comunidade e que hoje serve como uma segunda saída do Bairro? A árvore que está na frente da escola e que fora plantada quando o território do bairro serviu de área de reflorestamento? E o “valão” que foi uma conquista da comunidade para evitar novas enchentes como a de 1996?

Os alunos e professores eram categóricos numa pergunta: “Só tem prédio do centro e de gente rica?” Essa simples pergunta foi o suficiente para um adendo

nessa última oficina: vamos, juntos, criar um novo “Anexo X”, agora o que elenca o nosso patrimônio, o patrimônio da comunidade e juntá-lo ao patrimônio elencado pela municipalidade. Apesar de distante, a comunidade entendia a importância daqueles prédios, encantavam-se com a beleza arquitetônica de alguns exemplares e com a história por trás deles. Esses entes urbanos vistos por todos que transitavam pela cidade, agora tinham um outro significado, não eram mais um aglomerado de tijolos e argamassa, era o espaço sendo percebido:

a realidade cotidiana (o uso do tempo) e a realidade urbana (as rotas e redes que se ligam aos lugares de trabalho, da vida “privada”, de ócio). Sem dúvida, essa associação é surpreendente, pois inclui a separação mais extrema entre os lugares que vincula. A competência e a performance espacial próprias de cada membro da sociedade só são apreciáveis empiricamente. Assim, a prática espacial “moderna” se define pela vida cotidiana de um habitante de moradia social na periferia – caso limite, mas, sem dúvida, significativo – sem que isso nos autorize a deixar de lado as autoestradas ou a política de transporte aéreo. Uma prática espacial deve ter certa coesão, sem que isso implique coerência (no sentido de intelectualmente elaborada, concebida logicamente). (LEFEBVRE, 2013, p. 97).

No momento que os alunos eram convidados a criar uma lista de exemplares que expressassem a identidade do bairro, já que, o conceito de patrimônio continuava o mesmo, montava-se então, uma espécie de “Conselho do Patrimônio Histórico”, onde os alunos eram divididos em grupos pequenos e listavam de três a quatro sítios, monumentos, lócus ou prédios que corroborassem com a alma do bairro Getúlio Vargas, a Vila Dique

Para a oficina ter valia em outras disciplinas, era solicitado que os alunos desenhassem os itens listados, assim, a professora responsável pelo ensino de Artes, participava da oficina de Patrimonialização, bem como a professora de História e Geografia, que são lecionadas conjuntamente nessa etapa do ensino básico.

Ao analisar as 3 atas gerados nos anos de 2015 a 2017 através do método dialético crítico e com a ajuda de autores como Paulo Freire e Milton Santos podemos notar a quantidade de saberes que a comunidade tinha e passava para as suas crianças acerca do seu espaço e da luta necessária para a conquista deste ao longo do tempo, Milton Santos (1985) quando fala da capacidade que o espaço tem de sintetizar a passagem do tempo em si mesmo, considera o espaço

Como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se

apresentam na atualidade, [...] a noção de espaço é assim inseparável da ideia de sistemas de tempo (SANTOS, 1985, p. 21-22).

A vivacidade do patrimônio aqui apresentada não tem como intuito a romantização da vida destas pessoas. Quando da análise dos relatos, todos eles têm como exemplo das histórias o trabalho, voltamos à centralidade do trabalho nas sociedades capitalistas. Notemos que a reclamação sobre o barro das ruas sempre eram relacionadas à chegada ao trabalho ou à busca deste, em nenhum momento as crianças ou até mesmo os professores narravam sujar-se nas ruas do bairro para ir numa festa, algum evento, em um restaurante ou um bar.

A vida dessas pessoas apesar de arraigada na vivacidade e na noção do espaço que habitam, ainda assim é muito sofrida e carregada de luta pela sobrevivência. A história da consolidação desse bairro é de bastante precariedade, como tantos outros territórios no Brasil. O espaço do bairro Getúlio Vargas sintetiza a vivência dessa gente e o convívio diário com a falta de condições mínimas de higiene, conforto, transporte e até mesmo com a fome. Onde um dia fora um lixão e uma bacia de amortecimento de água das chuvas, hoje serve de palco para a existência dessa gente, o anúncio que fizemos através dessa dissertação com os relatos dos alunos e dos professores não tem como intuito relativizar a realidade da vida dessa comunidade e nem diminuir o sofrimento ou anunciar que uma revolução seria feita somente através da arte, da cultura e do patrimônio, todavia a importância que esses aspectos tomam em uma realidade capitalista nos levam a questionar a sua manutenção, bem como ajudam a enfraquecer o ideário do capital que habita em cada um de nós.

O descaso com essa comunidade, já era gritante e assustador nos anos que o trabalho foi feito, desde lá já se passaram quatro anos, criamos a Emenda Constitucional nº 95/2016 que cria o teto para os gastos públicos, retornamos ao horror do proto fascismo com a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro. Não podemos esquecer jamais que a luta se faz principalmente com materialidade, não apenas com conceitos abstratos da vida, porém entendemos que o capitalismo se utiliza de todos os aspectos possíveis da vida humana para manter a sua hegemonia e, a continuidade do proletariado assumindo o papel de dominado, aceitando os devaneios dos poderosos em detrimento da vida, do bem-estar e da existência futura da humanidade perpassa pela sistemática cooptação do imaginário abstrato da classe trabalhadora.

2.1 A VIVACIDADE DO PATRIMÔNIO NA COMUNIDADE

O processo de escolha do patrimônio da comunidade para os alunos era bastante interessante pois os grupos em grande parte das vezes, escolhiam quatro entes elencáveis à lista, que eram:

- a) Uma grande árvore que estava no meio do bairro, uma das primeiras a serem plantadas quando o espaço serviu como área de reflorestamento;
- b) A primeira “pinguela” que fora erguida pela própria comunidade para a passagem e deslocamento do bairro para a cidade;
- c) A saída do valão, como símbolo da luta e da resistência quando da abertura da estrada federal BR 116 no ano de 1996, ano da última grande enchente na cidade;
- d) A própria escola, em especial a quadra de esportes que foi uma conquista recente da comunidade e que serve de momento de lazer para todos os moradores, inclusive aos chefes do tráfico.

Estes quatro entes eram os que mais apareciam nas listas elencadas pelos alunos, ademais de um beco, bastante antigo e com fama de ser violento que, recebe o apelido de “beco da facada”, alusão ao assassinato de uma importante figura do bairro há alguns anos; um casebre abandonado às margens do Arroio Duro (uma das fronteiras do bairro) casebre esse que tinha a fama de ser “mal-assombrado”, o qual as crianças mantinham certa distância, principalmente ao anoitecer.

Abaixo, um mapa do bairro, mostrando os seus limites e a localização de cada um dos entes patrimonializados pelos alunos da EMEF Marina de Godoy Neto:

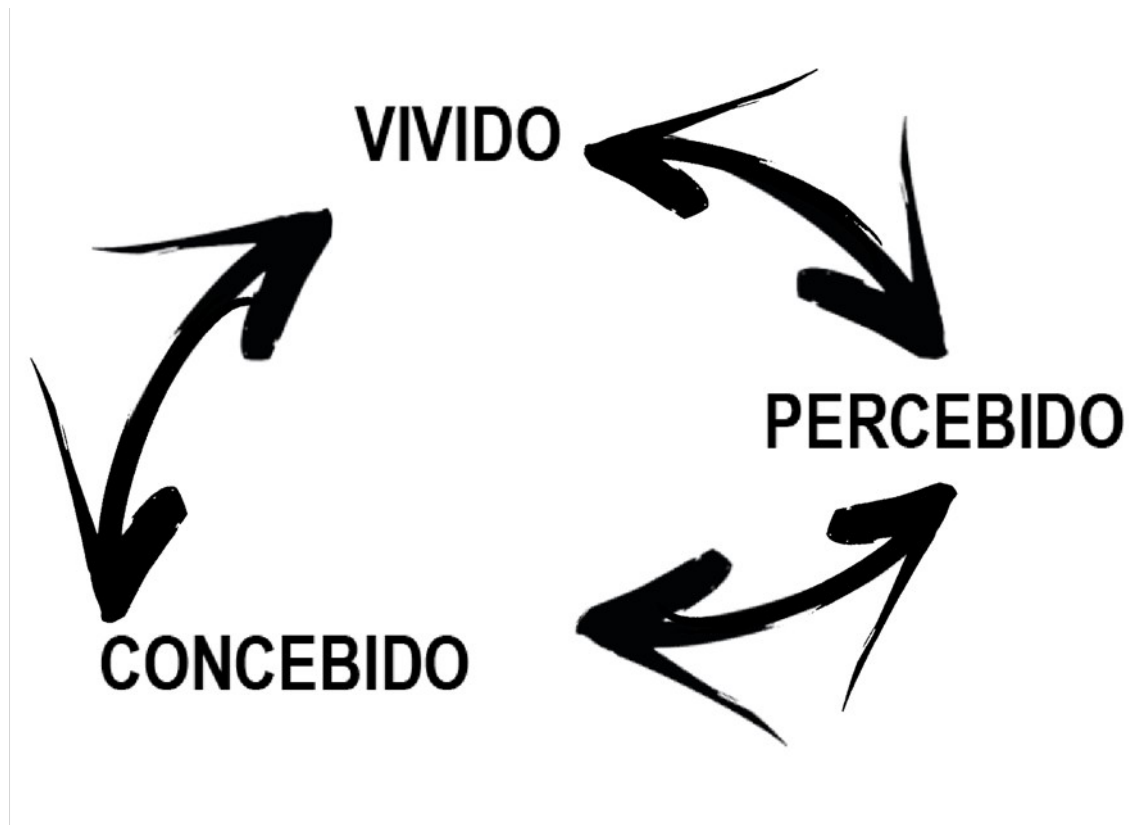
Imagem 13 – Mapa com a disposição do patrimônio elencado pelos alunos



Fonte: Acervo do autor

A produção do espaço na sociedade capitalista, como bem lembra Lefebvre (2013) obedece aos preceitos da expropriação e exploração exigidas pelo capitalismo. Na história do bairro Getúlio Vargas nos parece que a comunidade percorre o seguinte caminho na construção do espaço que ocupam hoje, primeiro viveram o espaço, ocupam de maneira ilegal através da cedência deste local insalubre à vida; depois perceberam a sua existência nesse espaço, criando pinguelas, abrindo valas e até mesmo, com pá, enxadas e picaretas demolem a estrada federal para o escoamento das águas da chuva de dentro do bairro e por fim, têm seu espaço concebido para a legalidade através do processo de regularização fundiária que então propicia o acesso à energia elétrica, água encanada e um parco processo de saneamento básico.

Imagem 14 – Esquema da tríade de Lefebvre aplicada ao caso estudado



Fonte: Acervo do autor.

Foi o caminho percorrido entre o vivido, o percebido e o concebido, percurso esse feito diversas vezes através da vivência do espaço em questão. Esse movimento dialético de experimentação do espaço forjou os simbolismos encontrados pelas crianças nesse exercício de participação. O significado de todos esses espaços era o significado da vida deles e das suas existências. Notemos também que, somente adaptando-se ao regramento burguês é que a comunidade pôde ter acesso a condições básicas de vida.

O processo de regularização fundiária que a comunidade passou durou mais de três anos e, aconteceu somente depois de três décadas de ocupação ilegal. As maneiras com as quais o capitalismo se utiliza para a submissão sistemática das comunidades pobres só pode ser comparada às distopias mais terríveis já descritas pela literatura. Esse processo que encobre a expulsão de comunidades inteiras para

espaços insalubres do território da cidade, esconde a sistemática ação de valorização da terra urbana, onde, ao jogar a pobreza para longe de certos espaços da cidade, cria uma exponencial valorização da terra, os lucros do capital imobiliário são imensos nesse processo.

A percepção do espaço da comunidade após anos de vivência e a final concepção legal do bairro com a regularização fundiária, imprime neste território, histórias orgânicas que se fundem diretamente com cada entidade patrimonializado neste exercício executado com os alunos. Um exemplo disso é a quadra de esportes que sempre era elencada como patrimônio da comunidade e que foi palco de uma importante negociação entre a escola e os chefes do tráfico no bairro que é relatada de maneira anônima por uma das professoras que participava das oficinas.

Logo após a conquista da quadra de esportes¹³, a comunidade toda estava muito animada pelo espaço ganho para a melhora dos seus momentos de lazer. As chaves de acesso à quadra são de responsabilidade da escola e a quadra só poderia ser utilizada com a anuência da coordenação em cada turno de funcionamento escolar. No primeiro final de semana após a conclusão e inauguração da quadra poliesportiva, o portão de acesso foi violado. Na segunda-feira subsequente ao acontecido, um dos alunos, filho do traficante mais importante do bairro traz um recado: “não é pra fechar a quadra que nós vamo rebentar o portão de novo [sic]”, a diretora da escola então resolve conversar com o “chefe” e faz um acordo com ele de que a quadra ficaria aberta aos finais de semana mas que não poderia ser utilizada nos horários de aula para evitar o excesso de barulho e distração para as crianças, acordo esse que foi respeitado e assim a quadra poliesportiva tornou-se de acesso público da comunidade que agora usufrui em tempo integral dela.

O retorno imediato da compreensão do que é patrimônio para as crianças dessa comunidade nos leva a pensar e refletir que, o processo de Patrimonialização, apesar de ser feito de maneira artificial pelo Estado, é de suma importância na vida das pessoas e tem raízes profundas com a noção de identidade e apropriação do “*lòcus*” no qual se vive. O resultado desses exercícios realizados com os alunos refletem o que Lefebvre chama de espaço vivido, um dos aspectos da sua tríade da produção espacial:

13 A quadra poliesportiva foi conquistada pela escola através do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância).

Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido por meio das imagens e dos símbolos que o acompanham é, pois, o espaço dos moradores, dos 'usantes', mas também de certos artistas e talvez daqueles novelistas e filósofos que descrevem e só aspiram a descrever. Trata-se do espaço dominado, isto é, passivamente experimentado, que a imaginação deseja modificar e tomar. Recobre o espaço físico usando simbolicamente seus objetos. Por conseguinte, esses espaços de representação mostrariam uma tendência (de novo, com as exceções precedentes) aos sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. (LEFEBVRE, 2013, p.98)

A vivacidade que a comunidade analisada apresenta quando provocada a buscar elementos materiais no bairro, demonstra clara percepção e consciência da sua posição na cidade, após serem apresentados aos entes elencados no Anexo X, terem percebido a existência desse patrimônio e da importância dele para a história institucional da cidade, rapidamente buscam no seu "locus" entes que traduzam os mesmos conceitos do patrimônio institucional, ou seja, o humano traz em si a necessidade de identificar-se com a realidade de alguma maneira, voltamos novamente aos conceitos de alienação para Marx que trouxemos no início do texto, mas agora, munidos de novas informações e novas noções, evocamos Paulo Freire quando busca através da ação cultural trazer consciência às pessoas:

O ponto de partida para uma análise, tanto quanto possível sistemática, da conscientização, deve ser uma compreensão crítica dos seres humanos como existentes no mundo e com o mundo. Na medida em que a condição básica para a conscientização é que seu agente seja um sujeito, isto é, um ser consciente, a conscientização, como a educação, é um processo específico e exclusivamente humano. (FREIRE, p. 53).

Ora, em sendo a conscientização um processo exclusivamente humano, devemos tratar como humanos aqueles os quais estamos entrando em contato. Quando o Estado através dos seus dispositivos legais elenca apenas o patrimônio que está desconectado da maioria da população, ele promove uma sistemática desqualificação de todo o resto do acervo patrimonial criado pelo povo, não seria esse um dos processos de alienação?

Aviltar a população o seu direito de encontrar-se a si mesma no patrimônio cultural institucionalizado é um profundo golpe à moral da classe trabalhadora. Como demonstrado acima, os números alarmantes de indicadores humanos que ostentamos sob a égide do neoliberalismo, agravados pela pandemia da Sars-Cov 2 são tratados com anestesia pelo trabalhador que vê a sua vida sendo sistematicamente sugada pelo esforço que é sobreviver nos dias atuais. Mais do que

nunca na história da humanidade a questão social expressada na classe se faz tão eloquente. De acordo com a revista Forbes durante a pandemia, momento em que as populações mundiais se viram furtadas do direito inclusive de comer, os mais ricos do mundo aumentaram as suas fortunas em 5 trilhões de dólares e a lista de bilionários do mundo aumentou em 493 pessoas somente nos anos de 2020 e 2021.

Assistir a esses dados após percorrer o caminho do patrimônio aqui apresentado notamos a capacidade que o capitalismo tem de amortecer a existência humana com a alienação e com a construção de uma ideologia burguesa engendrada pelo Estado e mantida em todas as suas expressões, econômica, cultural, educacional e política, mas percebemos também como se faz resistência. Apesar das forças do capitalismo parecerem hegemônicas demais, essa comunidade nós demonstra que é possível subverter determinadas ações do capital e construir narrativas diferentes de vida.

3. O PAPEL DO ESTADO NA CRIAÇÃO DE UMA DISTOPIA

Para entender o processo de criação de uma distopia, primeiramente teremos de aprofundar o entendimento do próprio termo. Nos parece que o termo distopia tem dois aspectos bastante importantes, primeiro a própria alienação que em suma é a desconexão do homem, por ele mesmo, da sua própria natureza e, em segundo lugar o processo invisível de amortecimento das capacidades revolucionárias – no termo mais amplo da palavra – que o homem, enquanto espécie tem de mudar a sua realidade. Para que esse processo de inercia aconteça, é necessária a criação de um ambiente cognitivo que podemos chamar de ideologia, São os dois aspectos para distopia que vamos aprofundar.

O significado da palavra Distopia segundo o dicionário Aurélio da língua portuguesa é: Ideia ou descrição de um país, de uma sociedade ou de uma realidade imaginários em que tudo está organizado de uma forma opressiva, assustadora ou totalitária, por oposição à utopia. (DISTOPIA, 2021).

Analisemos a definição com mais afinco, distopia é uma realidade onde a opressão é a norma da vida de uma sociedade. Por conseguinte, pode-se dizer que essa sociedade vive alienada de si mesma e dos seus interesses bem como, amortiza sua capacidade de reação a tamanha opressão. As sociedades contemporâneas capitalistas não vivem numa constante opressão, fome, violência, pandemias e desamparo? Na sociedade capitalista, onde as mercadorias carregam a massa do conhecimento do trabalho socialmente construído e, tornam-se fetiches do consumo, logo, não é o trabalho assalariado, raiz do sistema capitalista, um motor de opressão? Não é o assalariamento que encerra a derrocada da luta de classes? Erich Fromm lembra que o trabalho nas sociedades capitalistas têm como base a alienação e o sofrimento do trabalhador:

O trabalho humano é alienado porque trabalhar deixou de fazer parte da natureza do trabalhador e, 'consequentemente ele não se realiza em seu trabalho mas nega-se a si mesmo, tem uma impressão de sofrimento em vez de bem-estar, não desenvolvem livremente suas energias mentais e físicas mas, fica fisicamente exaurido e mentalmente aviltado. O trabalhador, portanto, só se sente à vontade quando de folga ao passo que no trabalho se sente constrangido. (FROMM, 1983, p.53).

O trabalho nas sociedades capitalistas não é da primeira à última instância opressão? Ao homem é negado o poder de utilizar as suas forças intelectuais e

físicas na transformação da matéria-prima em produtos desde há muito tempo. Como Marx (2015) nos explica em *O Capital*, o trabalho assalariado é para o capitalismo a roda de extorsão do proletariado, é no capital variável, no trabalhador que ocorre a extração da mais-valia. A manutenção de um sistema tão tenebroso como esse, que se assemelha muito a uma distopia, só pode ser sustentado pela cooptação sistemática do imaginário e do pensamento abstrato da massa de trabalhadores. Esse processo ocorre também com a utilização dos signos arquitetônicos que poderiam ajudar a criar a identidade do povo brasileiro e que poderiam também expressar a capacidade criativa e de realização do humano. Ao contrário disso, a arquitetura é utilizada para a corrupção da significação simbólica que ela carrega e quando esses signos são elevados a patrimônio criam assim uma irrealidade que desconecta as massas de trabalhadores da sua própria criação, sejam eles arquitetos ou pedreiros, os primeiros criam e imaginam e os segundos realizam e materializam a criatividade humana.

A comunidade a qual estamos utilizando como diagnóstico, nos apresenta todos os elementos necessários para elucidar uma distopia: Vivem numa cidade onde sua história é baseada nas lides ervateiras das nações indígenas; residem num bairro onde a matriz religiosa é africana; são de maioria negra; todavia tem elencada como patrimônio uma série de prédios e sítios que expressam somente elementos europeus de arquitetura. Como a comunidade terá condições de sentir-se na posição de revolucionar a realidade da cidade se não encontram eco de seus ancestrais na formação do município, segundo a própria municipalidade?

Com essas definições encerramos a dualidade de uma distopia, a alienação e o amortecimento das condições de resposta da sociedade em um regime de opressão e sofrimento.

Corroboramos também, através do entendimento de uma distopia, a conexão íntima entre Arquitetura e Urbanismo e o Serviço Social, enquanto o primeiro vê apenas os desdobramentos do trabalho na sociedade, sem entender a natureza deste no capitalismo, participando ativamente na reprodução distópica da realidade, o segundo entende e tem o trabalho como matéria-prima do seu proceder, unindo esses dois temas para discutir a cidade e seu patrimônio cria-se uma conexão inseparável com a realidade e, por conseguinte a distopia capitalista é desnudada.

Em segundo lugar, precisamos elucidar um termo que nos parece ser o cerne deste processo, onde o Estado é o protagonista, a Ideologia. As identidades dos

coletivos humanos são constructo forjado no espaço-tempo e as relações e redes de poder estabelecidas se valem amplamente desse processo na manutenção do “*status quo*”, nas sociedades capitalistas esse processo torna-se agressivo e de suma importância na manutenção dessa já estabelecida realidade distópica.

Conceituar ideologia não é a principal proposta dessa dissertação até porque, a complexidade que esse processo ocupa nas nossas sociedades requer muito mais que uma dissertação para fazê-lo. O termo ideologia vem se modificando ao longo da história, de acordo, sempre, com as necessidades das relações de poder e resistência. Assim, o significado de ideologia e do que são ideologias só pode ser compreendido se reconhecermos o movimento histórico desse conceito, que é, ao mesmo tempo, o da coisa. (ADORNO, 1973).

Firmada a significação de que o termo ideologia sofre, ao longo do tempo, modificações e ela mesmo enquanto coisa em si se modifica aos interesses vigentes, conceituemos então que, “da ideologia só resta o conhecimento do que subsiste, um conjunto de modelos de comportamentos adequados às condições vigentes” (ADORNO, 1973), logo, ideologia podem ser os símbolos, comportamentos e linguagens que são tidos como adequados a determinadas épocas. Jaime Osório utilizando-se de Thereborn¹⁴ que faz uma detalhada síntese do que é ideologia e dessa maneira conseguem demonstrar uma conceituação acurada para o entendimento deste termo que servirá de aporte para as análises subsequentes

A ideologia funciona moldando a personalidade. Submete a libido amorfa dos novos animais humanos a uma determinada ordem social e os qualifica para o papel diferencial que deverão desempenhar na sociedade. Ao longo desse processo de submissão-qualificação, as ideologias [...] interpelam o indivíduo e três formas fundamentais:

1. A formação ideológica diz para os indivíduos o que existe, quem são eles, como é o mundo, que relação existe entre eles e esse mundo. [...] 2. A ideologia diz o que é possível, e proporciona a cada indivíduo diferentes tipos e quantidades de autoconfiança e ambição, e diferentes níveis de aspirações.

3. A ideologia diz o que é justo e injusto, o que é bom e o que é mau, determinando assim não apenas o conceito de legitimidade do poder, mas também a ética do trabalho, as formas de entender o lazer e as relações interpessoais, da camaradagem ao amor sexual. (THEREBORN, 1979, p. 206-207).

14 Jaime Osório utiliza largamente as teorias de Göran Therborn contidas em ¿Cómo domina la clase dominante? para conceituar ideologia.

Um clássico exemplo do poder que a ideologia capitalista tem é o conceito de que a cor vermelha ainda é tida como “coisa de comunista” e um dos lemas das eleições presidenciais do ano de 2018 foi o de que “a nossa bandeira jamais será vermelha”, o processo ideológico que carrega a conceituação de comunismo nas sociedades capitalistas não é mera coincidência, é fruto de sistemático ataque aos conceitos do modelo social que foi e ainda é o mais importante adversário do capitalismo.

Apesar de a literatura não ser foco dessa pesquisa, a utilização dos meios que nos façam entender os processos que dão força ao capital manter-se na hegemonia do imaginário social da classe trabalhadora, pode ser bastante interessante. As distopias, geralmente são um gênero literário e de cinema que, como já explicado, criam sociedade do horror. Ideologias que suprimam o interesse na melhora sistemática da vida, sempre são armas que esse gênero artístico lança mão para explicar o torpor que as sociedades imaginadas por esses autores vivem, logo, encontramos na literatura algo que a realidade vigente tenta esconder, a intrínseca ligação entre a ideologia vigente e a manutenção do sistema capitalista.

Um dos grandes expoentes desse gênero literário é George Orwell que escreveu muitas obras de ficção onde as distopias eram o pano de fundo dos seus personagens, na mais importante obra do autor, *1984*, Orwell (2015) descreve uma sociedade controlada por um Estado fascista que assiste a toda a vida daqueles indivíduos na intenção de mantê-los sob rígido controle, nessa obra, “o indivíduo é solitário, apolítico, estranhado dos demais, e, por isso mesmo, determinado pelas instâncias de um Estado totalitário” (Mata e Coutinho, 2018). Ao descrever essa sociedade distópica, Orwell (2015) não esperava prever alguns aspectos e elementos sociais que hoje encontramos e que são aceitos pela população.

A evidente inércia, em relação aos arroubos do capital, na qual encontramos o trabalhador hoje em dia, muito se assemelha a tal distopia criada por Orwell (2015) onde ele lembra que “quem domina o passado, domina o futuro. E quem domina o presente, domina o passado”. É através dos processos de ativação patrimonial que a classe dominante do presente domina e reescreve o passado, criando assim condições de forjar um futuro a seu favor. No processo de patrimonialização “descobrimos” parte do passado através da eleição de signos arquitetônicos da classe burguesa, mas escondemos a verdadeira história, inclusive desses mesmos

prédios que não foram erguidos pelas classes burguesas e sim por mãos, mentes e braços de trabalhadores negros, em sua grande maioria.

O processo de criar patrimônio ou da ativação patrimonial deve ser feita por profissional da arquitetura habilitado e apto a criar documentos que corroborem e que atestem a posição de patrimônio para o ente o qual é documentado, esse processo torna o arquiteto e urbanista um intelectual e que está, naquele momento servindo ao propósito de manter uma ideologia decadente vigente. Obviamente que, este profissional também executa um trabalho alienado e, a serviço da manutenção da ideologia, ele próprio é “engolido” pelo capital.

Ao criar patrimônio da maneira que criam, arquitetos e historiadores corroboram com o entendimento torpe da realidade e com a manutenção de uma sociabilidade decadente. Luckás ao falar sobre a submissão da população a esse tipo de pensamento e sociabilidade, consegue relacionar a posição de intelectual que os profissionais do patrimônio constroem com a realidade burguesa:

A submissão passiva aos efeitos da divisão do trabalho, a aceitação incontestada dessas deformações psíquicas e morais, bem como até seu aprofundamento e embelezamento pelos pensadores e escritores decadentes constituem um dos mais importantes traços do período da decadência (LUKÁCS, 2016, p. 112).

O aspecto legal da participação do profissional da arquitetura e urbanismo é mandatário, como podemos encontrar expresso nas leis municipais que descrevem as responsabilidades do executivo municipal: Art. 156. O Município manterá, sob **orientação técnica**, o cadastro atualizado do patrimônio histórico e do acervo cultural público e privado. (CAMAQUÃ, 1990, grifo nosso).

Encontramos assim com a distopia e a ideologia, a significação do que leva o Estado burgues brasileiro a agir de maneira a “embranquecer” a memória patrimonial arquitetônica, num sistemático apagamento de outras identidades que não sejam branca e europeia. Com esse processo, o Estado visa a manutenção de um processo de cognição social onde a maioria da população só consegue enxergar uma realidade e assim, acredita que existe uma estética padrão a ser seguida, um modo de viver e de relacionar-se com o todo que desqualifica e apaga as demais maneiras e estéticas constantes das sociedades humanas.

A compreensão desse importante aspecto cognitivo é fundante nessa dissertação, já que, como anunciamos, vamos utilizar a Análise Crítica do Discurso,

em Teun Van Dijk (anos) na compreensão dos signos e da legislação para a criação do patrimônio arquitetônico. A cognição é fundante no tripé que baliza o processo da crítica ao discurso, unida à linguagem e a sociedade estudada, temos condições de entender o que deverá se ocultado quando as legislações se utilizam de determinadas maneiras de expor as leis e modos de fazer o patrimônio. A realidade precisa ser entendida como esse processo ligado ao espaço-tempo que forma a maneira com a qual as sociedades entendem a si mesmas.

Se por um lado temos a incontestada presença da dominação como norma desde há muito tempo na história do Brasil, do outro, temos a resistência que anuncia os mecanismos de dominação das classes dominantes sobre as classes dominadas, nos últimos tempos, inúmeras ações vêm sendo executadas pelos movimentos de resistência na intenção de demonstrar onde a dominação é eleita como legado a ser protegido pela institucionalidade e assim forjar um ideário distorcido nas populações.

A sociedade brasileira vem desde sua criação apagando sistematicamente os traços de arquitetura e urbanismo dos povos originários, destruindo a cultura e o legado dessas populações. Elegemos e ensinamos apenas características pós ocupação europeia nas universidades, o apagamento e a invisibilização das culturas, saberes e fazeres outros que não os da branquitude, são feitos dessa maneira.

Quando não demonstramos outros vieses de existências, criamos a errônea ideia do que chamamos normatividade. Nos tornamos incapazes de reconhecer em outras maneiras de expressão a humanidade, ficamos torpes, cegos à multiplicidade que integra a nossa sociedade. Todavia a resistência sempre existirá, lembremos da formação das religiões de matriz africana que compõem as religiões brasileiras e que, quando da proibição de seus cultos, encontrou nos santos e figuras católicas correspondentes para a manutenção dos seus cultos ou, no caso da arquitetura que, quando da importação do modernismo da Europa para o Brasil, encontrou maneiras de inserir varandas em prédios de concreto, um clássico exemplo disso são as obras de Oscar Niemeyer na capital Federal.

Para elucidar de maneira mais eloquente esse processo, que também gera resistência, vamos demonstrar como a comunidade negra no sul do Brasil, buscou nas comemorações do último vinte de setembro, data histórica da revolução

farroupilha no Rio Grande do Sul, evidenciar o processo de valorização do racismo em alguns dos monumentos históricos na capital gaúcha:

Imagem 15 – Faixa contra o racismo em monumento a Bento Gonçalves, herói da Rev. Farroupilha



Fonte: Imagem do Instagram

Uma demonstração de resistência como essa em que é sugerido de maneira pública, com uma faixa anunciando que “O racismo não pode mais ser tradição” expressa bem a natureza do patrimônio que é erigida em nome de toda a sociedade. Durante anos, as comunidades negras foram caladas e não puderam, de maneira

pública, anunciar o racismo que é elevado a status de patrimônio na sociedade brasileira. Agora, encontra espaço e materializa a resistência com atos simbólicos como este e denunciam o que não pode mais ser aceito. A imagem acima foi retirada de uma rede social de um vereador da capital gaúcha, integrante da “bancada negra da câmara”, só pelo fato de hoje termos uma bancada nomeada negra em uma câmara municipal de uma capital demonstra o quanto caminhamos na tentativa de mudar o processo cognitivo da sociedade, existe resistência.

3.1 O PATRIMÔNIO É UM DOS PILARES DA QUESTÃO SOCIAL

A investigação do patrimônio das cidades obedece aos preceitos da institucionalidade que observa as cidades e as cataloga nas três esferas do Estado brasileiro, a mais importante delas o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional baliza a legislação que dita as regras para tais ações de resguardo da identidade dos brasileiros.

Utilizando-se da Análise Crítica de Discurso de Teun van Dijk podemos entender com mais profundidade como opera a legislação brasileira para o patrimônio, o discurso impresso nas leis já carrega em si o peso do imperativo de ser cumprido pelo Estado e pela sociedade, aliado a linguagem utilizada pelos legisladores, temos dois importantes ingredientes que formam os mecanismos de ação na construção e na manutenção da sociabilidade burguesa.

A análise de discurso primeiramente foi pensada para o trabalho com a mídia e a comunicação social:

O poder da mídia é geralmente simbólico e persuasivo, no sentido em que estes têm principalmente o potencial de controlar, até certo ponto, as mentes dos leitores ou telespectadores, mas não de controlar diretamente suas ações. (p. 74).

Se a mídia consegue controlar até certo ponto as mentes dos espectadores, o Estado consegue selar esse controle, a legislação é clara em demonstrar o papel do Estado em validar institucionalmente o que deve ou não ser considerado patrimônio e, por conseguinte preservado como cultura do povo, o autor considera ainda que o aparato legislativo e burocrático é a execução do poder, inclusive coercitivo das mentes da população (VAN DIJK, 2005).

A utilização da análise de discurso para o aparato legislativo tem a intenção de demonstrar como as estruturas sociais preestabelecidas de dominação e do poder são encobertas também e talvez, principalmente na legislação.

A utilização da técnica, no caso brasileiro, somente pode ser entendida por estar inserida em um ambiente social dependente que utiliza todos os aspectos possíveis para a manutenção do discurso de poder hegemônico do capital, principalmente os discursos e símbolos estrangeiros. A escolha também da análise de discurso se dá pela noção que temos do papel do trabalhador social e do pesquisador em desnudar os mecanismos que o poder utiliza para solapar as condições de vida da classe trabalhadora.

A noção de que a “ciência não é livre” e está embebida na ideologia dominante, também é um aspecto primordial nessa dissertação que une Arquitetura e Urbanismo e Serviço Social. A utilização da técnica de Van Dijk, orientada muito mais ao problema do que à disciplina, neste caso a Arquitetura do Patrimônio, nos leva a um caminho de análise onde unimos a capacidade da comunidade de reconhecer-se a si apesar dos esforços do Estado Burguês em desconectá-la do cotidiano e dos símbolos nele encontrados, portanto,

Crucial para os analistas críticos do discurso é a consciência explícita de seu papel na sociedade. Continuando uma tradição que rejeita a possibilidade de uma ciência ‘livre de valores’, eles argumentam que a ciência, e especialmente o discurso acadêmico, são inerentemente parte e influenciados pela estrutura social e produzidos na interação social. Em vez de negar ou ignorar tal relação entre vida acadêmica e sociedade, eles alegam que tais relações devem ser estudadas e explicadas por si mesmas, e que as práticas acadêmicas se baseiam em tais ‘*insights*’. A formação, descrição e explicação da teoria, também na análise do discurso, são sociopoliticamente ‘situadas’, gostemos ou não. A reflexão sobre o papel dos estudiosos na sociedade e na política torna-se assim uma parte inerente do empreendimento analítico discursivo. Isso pode significar, entre outras coisas, que os analistas do discurso conduzem pesquisas em solidariedade e cooperação com grupos dominados. (VAN DIJK, 2001, p. 352-353).

Sendo assim, a primeira lei que precisamos analisar é a n° 25 de 30 de novembro de 1937 que institui o IPHAN onde, temos a seguinte redação:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de **interesse público**, quer por sua vinculação a **atos memoráveis da história do Brasil**, quer por seu excepcional valor **arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico**. (BRASIL, 1937, grifos nossos).

Notamos que esse artigo de criação do IPHAN dá a esse órgão federal total controle e gerencia sobre o patrimônio cultural da população brasileira e, descreve o que será tido como patrimônio e que isso é, supostamente, de interesse público por estarem vinculados à história do país. Nos atentemos que, o que grifamos na legislação, pode, em um primeiro momento, expressar a complexidade étnica da população brasileira, todavia precisamos considerar que estamos inseridos em uma realidade de dependência econômica, política e social, onde o Estado serve como mancebo do processo de manutenção da Ideologia capitalista, esse processo segue-se em todas as esferas da organização estatal brasileira.

O processo cognitivo criado em uma nação dependente como a nossa é fundante para a plena aceitação, principalmente pelo corpo técnico que avalizará o patrimônio a ser preferido ou preterido. A estética em voga é a Europeia que carrega inúmeros significados da dominação das classes trabalhadoras, daí a importante anúnciação dos riscos de a legislação ser escrita como é.

A inserção dos conceitos da Teoria Marxista da Dependência são essenciais no entendimento do papel do Estado burguês. Com a utilização desses conceitos e da interação que ocorre entre o discurso, a cognição e a sociedade, tripé fundamental para a compreensão da análise de discurso que elucidam o papel dos estados em realidades de dependência, elaboramos melhor a noção para o que chamamos do “dito e do não dito” (VAN DIJIK, 2005). O aspecto discursivo diz respeito tanto a linguagem e o conteúdo de leis e até mesmo dos prédios elencados (arquitetura também é linguagem e discurso) que se relacionam cognitivamente com a sociedade através dos significados históricos que esses símbolos têm com a população estudada, até por isso, uma análise dessas, não teria sentido se feita nos países dominantes, como a Europa, a imagem arquitetônica é criada lá e inserida aqui.

Clarear o compromisso que o aparato estatal tem para com as classes dominantes e como suas intenções elucidam a capacidade de manutenção da dominação sobre os corpos dos trabalhadores e das trabalhadoras:

O Estado capitalista não expressa apenas uma correlação de forças na qual predominam os interesses das classes dominantes. É, antes de mais nada, uma relação social que cria força e modifica essas correlações em favor dos que dominam. (OSÓRIO, 2019).

Há uma rede invisível do poder capitalista que opera em aliança com a criação de uma ideologia e de uma identidade que visam apagar qualquer traço de negritude, feminilidade e simplicidade. Essa rede perpassa as três esferas de poder executivo, legislativo e judiciários, esse último, guardadas as suas peculiaridades em relação às esferas de poder nacional.

Portanto, além da legislação nacional, faz-se necessário a análise da legislação municipal, esfera da federação com grande importância no resguardo e na escolha dos entes patrimonializáveis, também pois, na construção do projeto de educação patrimonial que serve de diagnóstico a essa dissertação a referida legislação é o cerne inicial de análise e ponto de partida.

Adiante, analisaremos a lei Orgânica do Município de Camaquã. Nos artigos e alíneas que seguem podemos entender o papel que o município de Camaquã se põe, na figura do poder executivo:

Art. 9º É competência do Município, além das previstas na Constituição Federal e ressalvadas a do Estado:

XXXI – promover o ensino, a educação e a cultura;

XXXIV – impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural;(....)

Art. 94. Na organização de sua economia e de sua segurança social, em cumprimento do que estabelece as Constituições Federal e Estadual, o Município zelará pelos seguintes princípios:

X – integração das ações do Município e da sociedade, com as da União e do Estado, no sentido de garantir a segurança social, destinadas a tornar efetivos os direitos ao trabalho, à educação, à cultura, ao desporto, ao lazer, à saúde, à habitação e à assistência social;

XI – estímulo à participação da comunidade, através de organizações representativas na integração e controle da execução das ações mencionadas no inciso X;(....)

Art. 109. Na elaboração do planejamento e na ordenação de uso de atividades e funções de interesse social, o Município visará a:

X – preservar os sítios, as edificações e os monumentos de valor histórico, artístico e cultural. (Camaquã RS, 1990 grifo nosso).

Seguindo as normativas nacionais, a redação da legislação coloca a municipalidade como agente promotor direto da preservação dos sítios e edificações de valor histórico, artístico e cultural, sem contar da responsabilidade de prover os demais aspectos da vida humana, colocando ainda que a participação da comunidade deve ser promovida no intento de cumprir com essas funções.

Utilizando-se do processo cognitivo social da realidade dependente que estamos inseridos, o legislador, que também sofre com a ideologia capitalista, redige sem elucidar de maneira mais direta algum critério que qualifique cultura, não cita povos originários que construíram e se utilizaram de muitos aspectos que hoje

fundam as características da cidade de Camaquã, como por exemplo o cultivo da erva mate na região, cultura essa que já foi base da economia do município em tempos passados (NPHC, 2015).

Mais a frente na lei Orgânica, no Título VI na seção II, dedicada à cultura temos uma melhor descrição do papel do executivo municipal:

Art. 153. O Município estimulará a cultura, garantindo o pleno e efetivo exercício dos respectivos direitos, bem como, o acesso às suas fontes, apoiando e incentivando a valorização, a produção e a difusão das mais variadas manifestações culturais. (Camaquã (RS), 1990)

Nesse artigo da LO o núcleo do sujeito da frase, “Município”, é responsável por uma ação: a de estimular a cultura que, ocupa o lugar de predicado nominal pois não recebe nenhum atributo, estado ou característica. Logo, qual cultura? Somente, no fim do artigo podemos ler “variadas manifestações culturais” uma alusão a multiplicidade de origens que, também não são qualificadas.

Leis Orgânicas de municípios funcionam como constituições para o seu funcionamento e entendimento das funções de estado nessa esfera de organização nacional, seria bastante válido a descrição dos povos originários dessa cidade, assim se firmaria um compromisso mais bem elucidado acerca dessas funções para com as comunidades constantes do território em questão.

A falta de qualificação às palavras cultura e patrimônio, na legislação, pode parecer num primeiro momento que levará a sociedade a buscar, por si só, qualificá-los durante o fazer patrimonial, todavia, não podemos esquecer da realidade cognitiva na qual estamos inseridos e dos aspectos ideológicos que formam a nossa sociedade, bem como do papel crucial que arquitetos e urbanistas têm nesse processo.

Os profissionais da arquitetura e do patrimônio ao receberem da sociedade a outorga de participar ativamente da criação e cuidados dos acervos públicos e, recebendo o tipo de educação que recebem nas universidades, mesmo sem ter a descrição dos atributos do que é ou não elencável, já sabem, de antemão quais aspectos e características são necessárias para serem elevadas a status de patrimônio, prédios e sítios que reflitam a importância da relação de poder burguesia/classe trabalhadora.

Seguimos com as análises da legislação, agora com um importante aspecto que nos leva a pensar que o Município trabalhará em prol de assegurar a identidade

de todas as matrizes étnicas da cidade: Parágrafo único. É dever do Município: I – proteger e estimular as manifestações culturais dos diferentes grupos étnicos formadores da sociedade camaquense; (CAMAQUÃ, RS, 1990).

Parece-nos que nessa parte da redação temos um momento de lucidez, onde os “variados grupos étnicos formadores da sociedade camaquense” terão sua cultura e patrimônio garantidos e protegidos pelo Município. O dever que compete ao ente público descrito nesse artigo, leva-nos a crer que todo e qualquer tipo de raça e etnia formadora da sociedade será contemplada no patrimônio institucionalizado da cidade de Camaquã. Alguns questionamentos aparecem quando da leitura e da análise do referido artigo: É de conhecimento público, quais são os “diferentes grupos étnicos que formam a sociedade camaquense”? Se sim, foi fruto de algum estudo histórico sério?

É bem documentado quais eram os povos originários da região: o povo Tape que, como já dito, cultivava erva-mate onde hoje é Camaquã. Todavia, numa rápida pesquisa sobre o que a Câmara de vereadores do município descreve como sendo as raízes étnicas da sociedade camaquense, encontramos que “Sua população é oriunda especialmente de colonizadores portugueses, alemães e poloneses” (CAMAQUÃ, 2021). O que Van Dijk quer dizer com o aspecto cognitivo da análise de discurso, expressa-se materialmente nesse exemplo: a formalização da ideia de que a composição étnica de uma cidade com raízes profundas na cultura indígena; uma cidade com inúmeros centros religiosos de matriz africana é anunciada no “*web site*” oficial do poder legislativo municipal de descrição rápida da cidade como uma sucursal europeia de três etnias brancas.

Seguimos na análise dos artigos, agora os que asseguram a liberdade de criação e acesso à educação cultural na cidade:

Art. 154. Constituem direitos culturais garantidos pelo Município:
[...]IV – o acesso ao patrimônio cultural do Município, entendendo-se como tal o patrimônio natural, os bens de natureza material e imaterial portadores de referências à entidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade camaquense, os quais se incluem entre estes bens:
a) as formas de expressão;
b) os modos de fazer, criar e viver;
c) as obras, objetos, monumentos naturais e paisagens, documentos, edificações e demais espaços públicos e privados destinados às manifestações políticas artísticas e culturais;
d) os conjuntos urbanos (latifúndios e minifúndios), fazendas e sítios de valores históricos, paisagístico, artísticos, arqueológico, científico e ecológico.

Parágrafo único. Cabe a administração do Município a gestão da documentação e as providências para franquear-lhe a consulta. (CAMAQUÃ, RS, 1990).

Novamente a legislação cita os “diferentes grupos étnicos formadores da sociedade camaquense”. Os utentes, como Van Dijk (2015) chama os leitores e nesse caso também o legislador, são levados a crer que existe uma igualdade de etnias expressas no patrimônio cultural da cidade de Camaquã. São levados a pensar que as etnias formadoras dessa sociedade em análise têm gerência sobre a escolha do patrimônio e por conseguinte, terão a sua memória resguardada. Entretanto, na prática, o que é elevado a status de patrimônio são somente entes de características arquitetônicas que expressam elementos estilísticos europeus e, como demonstrado, até mesmo a descrição étnica oficial do município engloba tão somente três países da Europa.

Outro importante aspecto a ser lembrado na leitura da legislação analisada é a participação da comunidade na construção do elenco do patrimônio. Como vimos no início dessa dissertação, em ofício enviado ao NPHC a prefeitura solicita, formalmente que esse órgão particular elenque os entes de forma unilateral, desrespeitando assim, o seguinte artigo:

Art. 155. O Poder Público com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação. (CAMAQUÃ, RS, 1990)

Nesse artigo, a municipalidade deverá fazer esforços para colaborar com a comunidade na preservação do seu patrimônio, logo, um esforço na tentativa de envolvimento social na preservação desses entes que, supostamente, seriam elencados com a participação ativa da sociedade, é papel fundante do que chamamos de ativação patrimonial (HERTOG, 2013), porém, como narramos, até mesmo o processo de resguardo dos entes do Anexo X e que refletem somente imagens da classe dominante da cidade, não recebem nem a participação da comunidade e sequer o devido apreço das classes dominantes da cidade, sem contar o descaso do Município, como denunciam as notificações judiciais que o MPF enviou sistematicamente à municipalidade. Portanto, como esperar cuidado e apreço da parte trabalhadora da sociedade que não se identifica com aqueles entes patrimonializados?

O interessante processo que o patrimônio passa na sociedade brasileira reflete a sua desconexão com a realidade da identidade da maioria do povo brasileiro. O processo de Patrimonialização acontece sistematicamente de maneira unilateral e por mais que sejam feitos esforços de agregar a participação popular, tanto ao criar patrimônio, quanto ao preservar, parece que o tema gera desinteresse e apatia para boa parte da classe trabalhadora e até mesmo da burguesia, um reflexo, talvez, da desconexão dessa classe mesma com os aspectos europeus do patrimônio já que, por mais que queira, a burguesia ainda é brasileira.

Na sequência da leitura da legislação um artigo muito interessante desponta da redação do legislador:

Art. 157. O Município colaborará com as ações culturais, devendo aplicar recursos para atender e incentivar a produção local e para proporcionar o acesso da população à cultura de forma ativa e criativa e não apenas espectadora e consumidora. (CAMAQUÃ, RS, 1990).

Nesse artigo podemos notar a responsabilidade que o legislador deposita na municipalidade de, não apenas promover a cultura para espectadores mas também no envolvimento da comunidade em todo o caminho que o patrimônio exige na sua criação.

Cabe ressaltar que, na prática, a ativação patrimonial não acontece dessa maneira, a despeito da expressa recomendação da participação da população, tanto na legislação nacional, quanto na legislação municipal, o processo é unilateral e puramente político, a comunidade pouco participa e quando o faz serve como dispositivo para a corroboração do discurso hegemônico, é como se o Estado utilizasse a participação popular como legitimador da escolha limitada a entes de matriz burguesa.

A participação e gerência popular são inclusive premissas de cartas normativas do IPHAN como o “Princípio do Direito ao Controle Social. O Cidadão é parte legítima para monitorar as ações decorrentes da PPCM¹⁵”.

A força que é exercida sobre o imaginário da população só pode ser realizado quando o ente público se comunica com a sociedade, por isso, quando o Executivo Municipal vai a público e expressa para a população que o papel da prefeitura é, também o de resguardar a cultura e a identidade cultural do seu povo, constrói-se a

15 A Política de Patrimônio Cultural Material dispõe de normativas e de premissas públicas para a criação, manutenção e promoção do patrimônio material nacional, criado no ano de 2018 através da portaria nº 375 de 19 de setembro de 2018.

percepção pública de que os documentos sobre a cultura estarão de acordo com a vontade e a identidade de todos, já que a imagem do Estado, mesmo que desgastada, é referência para a sociabilidade.

3.2 A ARQUITETURA E O DISCURSO HEGEMÔNICO

Após analisar e compreender o papel da legislação no discurso e na validação das ações estatais junto da população, vamos analisar o que o Município de Camaquã resguarda como sendo seu patrimônio e identidade cultural institucionalizado, lembrando que arquitetura também é linguagem e por conseguinte discurso, o que, corrobora com a necessidade de sua Patrimonialização, já que os símbolos escolhidos pelas sociedades as representam e compõem as suas identidades. Nesse momento estamos analisando os entes patrimonializados de maneira artificial, processo esse que necessita, obrigatoriamente, da participação do Estado.

Abaixo, veremos alguns exemplares listados no Anexo X do Plano Diretor - PD da Cidade de Camaquã. Os Planos Diretores – PD's são o “instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados” (NBR12267, 1992). Nele devem constar índices construtivos, taxas de ocupação e a natureza das edificações para cada lote constante do tecido urbano. Nos PD's aparecem também as chamadas Zonas Especiais de Interesse Social, que nada mais são do que espaços no tecido urbano que, seja pela sua localização, pelo seu apelo histórico ou ambiental são consideradas de interesse para a sociedade dessa cidade.

O Anexo X do PD da cidade de Camaquã é um exemplo disso, oficialmente chamado de Zona Especial de Interesse Cultural, Histórico e Arquitetônico, lista os prédios e sítios públicos que são considerados de interesse da sociedade camaquense. Essa listagem, como manda a legislação, deve ser construída de maneira participativa e envolvendo amplas parcelas da população, como demonstramos com as análises à redação da Lei Orgânica da municipalidade de Camaquã, todavia, a elaboração dessa listagem teve como agente principal o NPHC através de solicitação oficial citada nessa dissertação.

A participação social, nesse caso, foi de natureza biônica e teve como foco a simples anuência dos representantes da sociedade camaquense para a criação e elevação a status de lei os prédios que veremos a seguir.

Não queremos, de forma nenhuma, culpabilizar arbitrariamente o NPHC pela eleição exclusiva de entes de origem burguesa e das classes dominantes desta cidade, ate mesmo porque, inseridos no contexto de dependência que a sociedade brasileira está, os agentes individuais do processo também sofrem com o processo de cognição preferido e montado pelo capital sobre as mentes e os corpos das classes trabalhadoras (Osório, 2019). O corpo constante do NPHC é integrado também por professores historiadores cedidos ao órgão pela Prefeitura Municipal de Camaquã, a classe trabalhadora também é integrante do Núcleo que serve há mais de vinte anos à comunidade de Camaquã.

Imagem 16 – Casa de Antero Silveira, exemplar urbano de arquitetura. ANEXO X, Camaquã



Fonte: Acervo do autor.

Esse é um exemplar de arquitetura eclética dos anos de 1920 com fortes características de arquitetura europeia devido ao uso de balaústres, portas e janelas em arco e a platibanda decorada. O estilo eclético surgiu na metade do Séc. XIX e perdurou até a metade do séc. XX, a principal característica desse estilo é a junção de vários aspectos formais de outras épocas da arquitetura de matriz europeia, só nesse exemplar podemos citar a presença de características neoclássicas, barroca e portuguesa, principalmente.

Esse casarão de esquina ocupa um importante espaço da cidade de Camaquã, a cidade alta, histórica por essência, já que foi nesse local que as primeiras construções da fundação da municipalidade foram erguidas.

Segundo o NPHC (1979) a data oficial da fundação da cidade de Camaquã é de 1815 quando o Bispado do Rio de Janeiro oficiou a concessão de um Capela Curada, dispositivo emitido pela Igreja Católica para a fundação de cidades à época da coroa Portuguesa no Brasil, primeiramente recebeu o nome de São João Baptista de Camaquam. Todavia a instalação da cidade se deu em um lugar impróprio, devida a escassez de água, 49 anos depois, a Capela Curada é elevada à categoria de vila em 19 de abril de 1864, através da Lei nº 569, essa é então a data oficial da fundação de Camaquã, porém, ambas as datas 1815 e 1864 integram o brasão de armas do município.

Imagem 17 – Casa de Emílio Scherer, exemplar urbano de arquitetura. ANEXO X, Camaquã



Fonte: Acervo do autor.

Esse exemplar listado no Anexo X, chamado “Casa de Emílio Scherer” é uma residência de elementos e características puramente portuguesas de arquitetura. O desenho desse telhado serve para que a água da chuva caia longe das paredes que são feitas de tijolos maciços e argamassa de barro. As esquadrias em corda (como chamam-se pedaços não inteiros de arcos) ou “arco português” evidencia a riqueza que a família vivia à época da construção, as pinhas, nos cantos da casa, e que

foram importadas de Portugal, também são um indício de que a família possuía grandes quantidades de dinheiro já que era necessário conhecimento e materiais especiais para a execução dos semiarcos nas esquadrias.

Imagem 18 – Casa de José Bukowski, exemplar urbano de arquitetura. ANEXO X, Camaquã



Fonte: Acervo do autor.

Nesse exemplar listado como Casa de José Bukowski encontramos elementos ecléticos de arquitetura de vários tempos e estilos, todos de origem europeia. A varanda no entorno da casa revela a adaptação ao clima quente do Brasil. As pilastras que formam arcos plenos na varanda mostram as referências neoclássicas para esse casarão, já o frontão escalonado, uma referência ao estilo art'deco de origem francesa que precede o modernismo.

O referido prédio foi construído inicialmente para abrigar o Fórum da cidade, posteriormente construiu-se outro prédio, maior e, esse tornou-se residência da família Bukowski.

Um importante aspecto a ser ressaltado é a maneira como esses e outros exemplares são catalogados, o nome da obra na listagem do Anexo X não diz respeito nem ao estilo arquitetônico ou ao arquiteto que o projetou e sim à família proprietária que faz parte da história da burguesia da cidade e foram todas proprietárias de grandes ervais ou arrozais no passado.

A importância do patrimônio então, não se dá pela sua qualidade estética ou pela técnica arquitetônica utilizada, mesmo que inegável na grande maioria dos casos, isso é apenas pano de fundo.

Devemos considerar também que, arquitetura sempre foi símbolo de riqueza, logo a escolha dos exemplares se dá num processo que se retroalimenta há séculos, boa arquitetura é paga pelas burguesias que depois elencam suas propriedades como patrimônio, negando, inclusive acesso a “boa arquitetura” a classe trabalhadora, esse processo se reflete, inclusive nos dias de hoje, onde, segundo levantamento do CAU/BR – Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (2016) mais de 85% das obras no país não são acompanhadas por profissionais da arquitetura e do urbanismo.

Estes exemplares, são então escolhidos de acordo com as famílias que de alguma forma “contribuíram para o desenvolvimento da cidade” já que “Identificar a presença de bens culturais materiais significativos para grupos formadores da sociedade brasileira e que reflitam a diversidade cultural no território” (IPHAN, 2018) é premissa do Estado. E com esses exemplos que temos listados no Anexo X, podemos notar que de tão vaga que a afirmação acima é, temos listados prédios que refletem somente a classe burguesa da cidade e, inclusive invisibiliza os profissionais arquitetos, construtores e até mesmo os estilos arquitetônicos de grande qualidade dos entes patrimonializados, portanto, refletir a diversidade cultural dos territórios requer muito mais que alguns artigos em leis e normativas.

O estudo dos processos de Patrimonialização evidenciam então, como o apagamento sistemático da participação da classe trabalhadora no desenvolvimento das cidades funciona. Não sabemos nada sobre os profissionais da construção ou das técnicas que são utilizadas para erguer tais palacetes, mas sabemos muito das famílias que, até hoje comandam os rumos do município e têm o seu legado

resguardado e propagado para toda a comunidade camaquense. O prédio nomeado de “Casa de Emílio Scherer” abriga hoje o escritório de advocacia do procurador do município de Camaquã.

Imagem 19 – Outras Casas, acervo do Anexo X. Anexo X, Camaquã



Fonte: Acervo do autor.

Estes dois exemplares que, estão listados como “Outras Casas” são um conjunto geminado de arquitetura portuguesa, diferentemente do outro exemplar de legítima arquitetura portuguesa demonstrado acima, esse conjunto por ter as

esquadrias retas e não possuir beiral evidenciam os poucos recursos que as famílias que construíram essas casas tinham à época. A casa à esquerda na foto é mais antiga e guarda bastante referência ao estilo português que construía as casas no alinhamento dos terrenos e tinham duas janelas divididas por uma porta. Um importante acontecimento recente envolvendo esse conjunto demonstra o descaso que o Estado e as classes dominantes da cidade têm com o seu próprio patrimônio, na tentativa de valorizar o terreno onde essas casas estão implantadas, a prefeitura, com a anuência do Conselho do Patrimônio Municipal e do NPHC, autorizou a demolição parcial dos casarões, mantendo somente as fachadas, cortadas ainda na diagonal, o que propiciará a implantação de um novo empreendimento residencial nessa região valorizada da cidade.

Imagem 20 – Conjunto de Casas após intervenção e descaracterização de sua arquitetura



Fonte: Imagem da Internet.

O descaso com o acervo arquitetônico patrimonializado que a própria burguesia tem, considerando que, os exemplares nascem do seio dessa classe,

corroboram com o ponto crucial dessa dissertação que é a desconexão do patrimônio arquitetônico elencado com a sociedade, inclusive com as classes dominantes.

No intento de copiar e obedecer aos imperativos do capital que busca uniformizar, inclusive, a estética cotidiana das populações ao redor do globo, a classe dominante, mesma dos territórios em análise, se desconecta do seu patrimônio pela tentativa de alinhamento com essa estética europeia de arquitetura e que sistematicamente busca apagar traços de brasilidade que possam ser utilizados na arquitetura desenvolvida no Brasil.

Dentro dos estudos de Patrimonialização da arquitetura uma constante preocupação dos pesquisadores é quanto ao descaso que essas obras sofrem sistematicamente pelo Estado e pela sociedade.

Chegamos então a algumas possíveis causas desse descaso: primeiro a necessidade constante de expansão e de acumulação do capital e segundo, a evidente desconexão sistemática da sociedade para com os seus signos patrimoniais institucionalizados. Combinação perfeita para a destruição de um rico acervo que o Brasil possui e que pode ser comprovado com os entes demonstrados pela municipalidade de Camaquã.

A destruição sistemática dos ricos acervos que encontramos na cidade de Camaquã e no resto do país, segue aos interesses de acumulação capitalista e que, sofrendo o espaço urbano da incapacidade de reprodução, restam somente os locais consolidados que, na maioria das vezes é ocupada por um prédio histórico que carrega em si importante desenho e capacidade de realização de sociedades do passado, para a expropriação de lucros da terra no interior das cidades.

Imagem 21 – Intendência Municipal de Camaquã, Hoje Câmara Municipal de Camaquã. Anexo X, Camaquã



Fonte: Acervo do autor.

Acima, um exemplar público de arquitetura eclética, listado no Anexo X. O atual prédio da Câmara de Vereadores, alvo das notificações expedidas pelo MPF por ter sofrido obras irregulares que desqualificaram e descaracterizaram o seu estilo arquitetônico. As intendências Municipais eram prédios que funcionavam também como cadeia, logo, um dos nomes que esses prédios tinham eram Casas de Câmara e Cadeia. A instalação dessa instituição era um dos preceitos do urbanismo Português, junto também de uma Igreja Curada e as casas das pessoas mais ricas dessas comunidades, todos ao redor de uma praça seca que eram chamadas de Passo Municipal, veremos esses exemplares a seguir.

Imagem 22 – Antigo Banco do Comércio, hoje anexo à Câmara de vereadores.
Anexo X, Camaquã



Fonte: Acervo do autor.

Já esse exemplar, foi o Banco Nacional do Comércio, importante instituição bancária do início do século XX no Brasil. Ambos os prédios, de beleza incontestável e de rica qualidade arquitetônica, fazem parte do acervo público elevado a patrimônio arquitetônico e sua manutenção depende de reformas constantes e intervenções que visem sua qualidade arquitetônica e mitiguem a ação implacável do tempo.

Não raras são as vezes que a população é chamada à responsabilidade no que tange o interesse de conhecer tais prédios bem como, para integrarem forças sociais para exigir recursos para intervenções e reformas necessárias nesses exemplares. Todavia, como exigir da população que tome a causa da manutenção desses elementos urbanos para si quando o próprio “Estado tem um papel ativo na luta de classes a favor da integração e da organização das classes dominantes e da dispersão e desarticulação das classes dominadas” (OSÓRIO, 2019).

O Estado articula o poder da classe dominante mantendo o seu legado como símbolo da identidade comum, ao mesmo tempo que desarticula a classe dominada através do não reconhecimento de si mesmo no patrimônio institucionalizado, mas, quando surge a necessidade de luta para a manutenção desses mesmos símbolos de dominação, a classe trabalhadora é “chamada à responsabilidade” para a continuação do seu suposto patrimônio cultural que pouco ou nada guarda relação

com essa classe. Quando falamos no início do texto sobre a produção científica em arquitetura e urbanismo acerca do tema da preservação dos prédios, eram justamente essas as discussões, que, desconectadas da realidade, criam teorias que nos levam a lugar nenhum, a matriz do patrimônio já nasce corrompida pelo capitalismo que vê na arquitetura apenas repositório de terra urbana.

Imagem 23 – Capela do Império, importante símbolo religioso da comunidade Açoriana, alguns dos colonizadores da cidade de Camaquã. Anexo X, Camaquã



Fonte: Acervo do autor.

O exemplar demonstrado acima foi, quando da sua construção, uma “Capela do Império”, importante símbolo religioso da comunidade Açoriana, para o culto ao Divino Espírito Santo, cerne da variante católica na Ilha dos Açores.

Sempre da chegada de pessoas da comunidade Açoriana em terras brasileiras, a primeira edificação erguida era essa capela que, geralmente, é bem adornada, colorida e pequena, onde a comunidade realiza os cultos ao Espírito Santo. Na cidade de Camaquã, devido a escassez de recursos a capela erguida tem aspectos arquitetônicos mais simples, mas, mesmo assim, carregada de elementos da arquitetura portuguesa.

Uma curiosidade chama a atenção para esse exemplar. Nos dias de hoje a cidade não carrega mais a tradição do culto açoriano. Como a transformação do lócus segue os interesses das comunidades e principalmente aos do capital. Esse que um dia foi um símbolo de importância religiosa, não poderia ter sido diferente, um prédio que no passado abrigou os cultos ao Divino Espírito Santo, já foi uma fruteira e nos dias de hoje é, como a comunidade chama na região, um “bolicho”, uma espécie de bar para venda de bebida alcoólica e “miudezas em geral”, a resignificação do espaço vivenciado sempre acha lugar, até mesmo em símbolos tão carregados de conservadorismo como os religiosos.

Imagem 24 – Praça Cel. Sylvio Luiz. Anexo X, Camaquã



Fonte: Acervo do autor.

Essa é a Praça Cel. Sylvio Luiz, que foi um estancieiro e pecuarista da região, coincidentemente, sogro do Prefeito José Cândido de Godoy, o mesmo que cedeu as terras públicas para a instalação do Bairro Getúlio Vargas, foco do diagnóstico dessa dissertação de mestrado. A alcunha Coronel, segundo historiadores do NPHC, era um “apelido carinhoso” que recebera da comunidade camaquense. A posição privilegiada dessa praça é, onde um dia esteve instalado o Passo Municipal, instalação urbana citada acima de grande importância nas cidades de origem portuguesa.

A escolha do nome desse importante espaço urbano em referência a um estancieiro com alcunha de coronel não é por acaso, a construção cognitiva da noção que as classes dominadas devem ter de si mesmas percorre, inclusive o caminho da nomenclatura de vias e espaços urbanos em referência a ditos “importantes vultos” das sociedades.

Um importante caso recente que envolveu a nomenclatura da avenida “Presidente Castelo Branco”, referência ao um dos coronéis da ditadura brasileira, onde, a troca do nome da via de acesso à Capital gaúcha para “Avenida da Legalidade e Democracia” foi aprovada na Câmara de Vereadores e, depois de anos de tramitação, a 3ª Câmara Civil do Tribunal de Justiça (TJ) decidiu que a lei que mudou o nome da avenida não poderia entrar em vigor, a principal avenida de acesso a Porto Alegre continua sendo uma alusão aos anos terríveis da ditadura no país, uma mensagem clara a sociedade de quem domina e de quem é dominado na nossa realidade.

Imagem 25 – Praça Dr. Donário Lopes. Anexo X, Camaquã



Fonte: Acervo do autor.

Analisando ainda os nomes dos sítios históricos que o Anexo X traz, notamos a praça Dr. Donário Lopes, que carrega o nome deste importante estancieiro da cidade, sua família era proprietária de extensos latifúndios na região, ocupou o cargo de prefeito da cidade entre 1917 a 1920 (NPHC, 2005), mais um caso onde o nome

de um local de uso cotidiano da população carrega a referência a uma figura da classe dominante da cidade.

Com todo o processo de opressão vem junto outro processo, o de resistência, assim como a ressignificação do espaço da Capela do Império, nessas duas praças constantes do Anexo X, a população também as ressignificou, os nomes populares desses sítios de interesse social são, praça dos macacos e praça da foca, respectivamente, alusão a um pequeno zoológico, já desativado, que existia na praça Cel Sylvio Luiz e à foca que adorna o chafariz no centro da praça Dr. Donário Lopes. Os nomes institucionalizados das praças sequer são recordados pela população local. Neste caso, as resistências são forjadas na linguagem coloquial que essa sociedade construiu ao longo do espaço-tempo.

A sociedade de Camaquã é formada pela cultura de vários povos anteriores à instalação da cidade, entre eles açorianos, índios e negros escravizados e os já brasileiros à época da fundação do município (1864), assim como esses exemplares demonstrados, temos em sua totalidade sítios, prédios e monumentos que remetem tão somente à cultura europeia e a uma única e específica religião, a católica.

Sabendo que a criação desta lista é feita por pessoas da sociedade, do executivo municipal e do poder legislativo, reunidos em um Conselho de Preservação Histórica e Artística financiados pelo município, temos a maior evidência da discrepância da realidade cultural e identitária observada junto à comunidade escolar analisada e de que o papel do Estado capitalista burguês é o de manter a branquitude como a identidade e a moral do trabalhador, ocultando, através de dispositivos legais que versam sobre participação popular e gerência do patrimônio, sua natureza burguesa que nasceu apagada e mantêm-se assim por muitos séculos de existência das sociedades capitalistas. Manter a sua natureza em anonimato e longe da consciência do trabalhador é primordial para a continuação das ações em prol do capitalismo

o Estado somente pode funcionar como Estado capitalista apelando a símbolos e fontes de apoio que ocultam sua natureza de Estado capitalista. A existência de um Estado capitalista pressupõe a sistemática negação de sua natureza de Estado capitalista. (CLAUS OFFE, 1986, p. 168-169).

A irrealidade da institucionalidade é tanta que o próprio Estado se contradiz quando em um documento da importância do “Anexo X” não exista nenhum exemplar que remeta aos povos originários que habitavam a região, onde hoje é

Camaquã, antes da chegada dos invasores. Em outro documento criado pelo NPHC intitulado “Camaquã, Terra Farroupilha” que celebrava o aniversário de 150 anos da cidade é citado uma única vez a presença de povos da nação Tape:

Antes da chegada dos europeus habitavam aqui indígenas da Nação tape. No século 17 o Padre Roque Gonzales **informou que no final do século anterior os portugueses já comercializavam com essas tribos** e, ao que tudo indica, esses primeiros contatos também tenham se dado em solo camaquense. (2015, p. 17, grifo nosso).

As evidências da incapacidade do Estado em reconhecer a importância dos povos originários nos documentos que celebram os ícones arquitetônicos e o lócus da cidade são inclusive fornecidas pelo próprio Estado. Ao analisarmos a maneira como a frase é posta na parte onde o autor diz *“informou que no final do século anterior os portugueses já comercializavam com essas tribos”*, o autor coloca os portugueses em posição de protagonismo, quando os coloca como sujeitos da frase, evidenciando a importância que a invasão pelos europeus do território tem para a história a ser institucionalizada.

Outro momento da publicação em questão que podemos demonstrar a evidente posição de coadjuvante da exploração das Américas que os povos originários tinham é quando a publicação escreve

Neste reduto continental quase intocado, de flora e fauna exuberantes e de inesgotáveis recursos hídricos, o silêncio era quebrado pelo estridente canto das garças, narcejas, colhereiros, quero-queros e do inconfundível tajã, bem como a movimentação de cervos, lobos guarás, jacarés e capivaras. **Assim, o território camaquense era uma visão parcial do paraíso, a terra não cultivada prenhe de riquezas, que esperava, todavia pela dedicação do homem para entregar-lhe os frutos.** (NPHC, 2015, p. 17, grifo nosso).

Quando o autor evidencia que existia uma *“terra não cultivada prenhe de riquezas”* e tomando, o processo de cognição dessa sociedade que, ao longo do tempo ensinou, sistematicamente nas escolas que os povos originários do Brasil eram preguiçosos e por isso foi necessária a escravização de corpos negros na era colonial do país, somada a sociedade que receberá essas informações, fechamos um ciclo vicioso onde, colocamos os invasores como heróis desbravadores da *“terra brasilis”* essa terra rica de bens naturais e que, por não serem devidamente utilizadas pelas populações indígenas que habitavam o lugar, poderiam, por uma autorização divina, serem exploradas à exaustão, a solapa das riquezas da América

era corroborada por esse ensinamento que perdura até os dias de hoje e conforma o processo cognitivo que atua cotidianamente no imaginário das classes dominadas.

Quando então, uma publicação estatal de cunho informativo das origens dessa cidade, informa, de maneira elaborada que esse território era inexplorado, subutilizado, talvez desperdiçado, e, somente foi possível a criação e o desenvolvimento dessa sociedade através dos europeus, além de desinformar a população, agudiza ainda o processo cognitivo de dominação burguesa, a publicação encerra essa parte ainda escrevendo: “Camaquã aguardava, então, por esses braços desbravadores (NPHC, 2015)”. A noção, então, de que as nações indígenas eram acomodadas e preguiçosas é reforçada, logo, por que é necessário o resguardo da cultura e dos saberes da arquitetura desses povos se eram todos frutos de preguiça e descaso?

Como todo processo humano, a contradição é marca presente na nossa história e no nosso proceder, essa categoria é fundante do materialismo dialético crítico e, a obra em questão, não poderia fugir a essa regra.

Após descrever a história da cidade de Camaquã, inserindo-a no contexto da Revolução Farroupilha, dando ênfase à fidelidade dos patronos deste território à Revolução, o texto é finalizado com a seguinte colocação

Os dias de paz foram conquistados pela multiplicidade de um povo que descende de indígenas, negros, portugueses, espanhóis, alemães, franceses, japoneses, e que hoje vive num ambiente de harmonia, trabalho e respeito mútuo.

Para reviver esta história tão linda, basta buscar lembranças na Igreja São João Batista, na Fazenda da Figueira, no Forte Zeca Netto, no Cinema Coliseu, na Estância da Barra, no rio Camaquã e no Arroio Duro, cenários de uma epopeia de lutas e conflitos, mas acima de tudo, símbolos de muito amor e dinamismo. Conquistas de homens e mulheres obstinados, cujas façanhas forjaram a têmpera de um povo operoso de **inigualável virtude, herança pródiga do ancestral arachane**. (NPHC, 2015, p. 25, grifo nosso).

Apesar de, durante todo o texto as referências serem tomadas de branquitude e da patronagem da região, no final do texto, aparece a multiplicidade de etnias que formam a sociedade de Camaquã em duas citações, evidenciando, de maneira rápida a formação multirracial da cidade. A contradição expressa nessas passagens, evidencia a natureza caótica do capitalismo e os seus desdobramentos. Essa publicação serve de base para a elaboração do Anexo X e, podemos notar que, ela cumpre muito bem o papel de baliza ética e estética da manutenção da hegemonia das classes dominantes.

Apesar de as qualidades dos povos Tape, que no texto são chamados de “arachane” – um dos povos Guarani que ocupava o território que compreende o Rio Grande do Sul, Uruguai e parte da Argentina – serem expressas no fim da publicação, a posição de mero coadjuvante e, a intensificação cognitiva de que as nações indígenas que habitavam a região eram acomodadas, é evidente em todos os momentos da publicação, seja pelo apagamento, seja pela narrativa de coadjuvação.

A reverberação cognitiva desse sistemático apagamento da existência dos povos indígenas da região, é visível na sociedade e, pode ser encontrada também nos lócus elencados no Anexo X onde, ao resguardar a localidade rural do “Sítio da Água Grande”, a publicação ressalta apenas que esse local tem a importância que possui, por ter sido o lar do importante escritor e tradicionalista gaúcho Barbosa Lessa e não do fato deste mesmo sítio abrigar uma das tribos originários do território onde hoje é a cidade de Camaquã. A cascata é conhecida na cidade como “Cascata Barbosa Lessa” e não como seu nome original, pelos cidadãos camaquenses. Até os dias de hoje existe uma tribo indígena Guarani habitando a localidade que, após a morte do escritor e tradicionalista gaúcho, tornou-se uma fundação administrada pela prefeitura e leva o nome do escritor – Fundação Barbosa Lessa.

Imagem 26 – Cascata da Água Grande - Fundação Barbosa Lessa, exemplar rural do Anexo X, Camaquã



Fonte: Acervo do autor.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após demonstrar e analisar os dados obtidos na escola em questão e da legislação acerca do tema patrimônio, podemos notar que uma realidade distópica é criada e reforçada, na tentativa de “embranquecer” a sociedade, somos forçados a aceitar que nossa história foi forjada e construída a partir dos invasores europeus, que os povos originários brasileiros eram preguiçosos e que os negros aceitaram, sem muita resistência a escravidão, criamos o mito do homem branco conquistador e construtor da nossa sociabilidade quando, na realidade, foram o suor e o sangue de negros e indígenas escravizados que construíram, projetaram, criaram cultura e arte, forjando a verdadeira identidade brasileira que é sentida, cantada, pintada e retratada nas comunidades Brasil afora, mas que não são reconhecidas pelo Estado que deveria assegurar a identidade do seu povo.

O patrimônio cultural institucional dos povos que fundamentam a identidade de uma nação e de seus constituintes tem papel fundamental na cooptação do imaginário dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como, da sua identidade como já demonstrado acima. Segundo a cultura e o patrimônio institucionalizados, somos uma sucursal europeia da arquitetura e dos costumes da branquitude daqueles povos, o papel do Estado desde há muito tempo aqui, é o de invisibilizar a identidade negra, índia e brasileira do imaginário da população.

Um povo que não reconhece a si mesmo, um Estado que não fomenta a sua identidade, que não valoriza a cultura de seus povos originários é facilmente ludibriada e os processos de colonização nunca são desfeitos, sobretudo quando aliada a dependência econômica, um ciclo vicioso sem fim é engendrado. Marx em “Glosas Críticas Marginais” de 1844 já anunciava que nem a miséria da Europa seria erradicada pelas forças e pela vontade do Estado. Podemos transpor essa lógica para a atualidade observando que, da mesma forma o Estado não criaria políticas públicas de fortalecimento da identidade nacional de um povo dependente, negro e indígena, cria ainda uma legislação que visa ludibriar o leitor levando-o a acreditar que os povos fundantes da população brasileira são contemplados de maneira igualitária nos processos de patrimonialização quando, na realidade, não o são.

No processo de criação e construção do projeto Construindo a Cidade, o arcabouço legal serviu-nos como substrato, atuava como a alma do projeto que buscava atender aos interesses da comunidade no saber sobre o seu patrimônio arquitetônico. Com o executar das oficinas, a evidente desconexão entre a realidade na comunidade e a institucionalidade, o arcabouço legal, agora, torna-se evidência do importante papel do Estado na manutenção da identidade heteronormativa branca burguesa como demonstrado acima.

Como toda cultura é criada, o próprio vocábulo expressa a sua natureza, remontar os inícios de uma tríade fundante da questão social, a classe, a raça e o gênero, se faz necessário para que assim possamos apontar o Estado como motriz da manutenção de uma ideologia que encerra na criação do capitalismo a ruína das sociedades humanas.

Importantes teóricos se debruçaram na tentativa de desvelar o início do sistema social que nos domina desde há muito tempo, vamos utilizar aqui, o que disse Gerda Lerner (1986) em “A Criação do Patriarcado: A história da opressão das mulheres pelos homens.” na tentativa de criar uma linha histórica que preencha as

lacunas para o entendimento da criação da tríade da questão social ela diz o seguinte:

Em algum momento durante a revolução da agricultura, sociedades relativamente igualitárias, com divisão sexual do trabalho baseada em necessidade biológica, deram espaço a sociedades mais estruturadas, nas quais eram comuns a propriedade privada e o comércio de mulheres. As primeiras sociedades eram muitas vezes matrilineares e matrilocais, enquanto as últimas sociedades sobreviventes eram, de modo predominante, patrilineares e patrilocais. Não existem evidências de um processo inverso, passando de patrilinearidade para matrilinearidade. As sociedades mais complexas faziam a divisão do trabalho não mais com base apenas em distinções biológicas, mas também em hierarquia e no poder de alguns homens sobre outros e todas as mulheres. Inúmeros acadêmicos concluíram que a mudança descrita aqui coincide com a formação de estados arcaicos (LERNER, 1986, p. 111).

Após a consolidação da derrocada feminina e do controle masculino da sociabilidade, a escravidão, inaugurada com a conquista de outras tribos e povos, exigia dos detentores do poder a criação de uma ideologia que inaugurasse uma sub-raça que aceitasse o seu destino escravo, sem a necessidade de vigilância constante, era sabido que para cada um escravo do sexo masculino, eram necessários dois soldados, já para as escravas mulheres “bastava” o estupro para que ficassem grávidas e uma nova vida era suficiente para mantê-las sob controle, o futuro filho então as mantinha pacíficas (LERNER, 1986). Erigíamos assim, as bases para o racismo que, mais tarde, seria embranquecido pelos Europeus e se tornaria o racismo contra os corpos pretos. A classe vem logo depois, até alguns reinados da Mesopotâmia era possível que um plebeu ascendesse e se tornasse rei e rainha de certas regiões, a classe como a conhecemos hoje, que podemos traduzir como uma forte hereditariedade da propriedade, títulos e riquezas, não era praticada. Mais tarde a hereditariedade formaria os reinados e assim consolidaríamos a classe como perdura até os dias de hoje. O desenvolvimento desse organismo que abarca, tanto o papel de criador da moral e da ética, quanto resguardador dos valores que interessam aos donos do poder, culmina com a ascensão do capitalismo entre os séculos XII e XIV na Europa. O Estado burguês nasce da necessidade da alienação para a manutenção do poder do capital que agora privatiza o trabalho humano.

A incontestável ação estatal em desarticular e dispersar as classes dominadas (OSÓRIO, 2019) demonstrada nesta dissertação de mestrado refletida na criação e ativação do patrimônio material da população brasileira é levada a cabo também pelos trabalhadores da arquitetura e urbanismo.

Noção distorcida da sociedade que vem desde o fazer educacional, nesse caso os currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo que, apesar da outorga pública e de todas as normativas técnicas do IPHAN não materializam a participação popular nos processos patrimoniais. O papel crucial que desempenha a pequena burguesia não proprietária quando é recrutada para ocupar os altos cargos do aparato estatal, fica evidenciado se analisamos

O papel da educação na manutenção e ascensão de suas condições de classe faz desta fração um agrupamento social privilegiado para as tarefas políticas de partidos, dos meios de comunicação e dos altos cargos do aparato estatal. (OSÓRIO, 2019, p.58)

Entendemos agora como o aparato estatal e as demais instituições trabalham para manter a classe trabalhadora dominada através da utilização dos simbolismos que o patrimônio cultural representa. A dominação na qual as classes trabalhadoras são submetidas nessa distopia que vivemos fundada pelo capitalismo, precisou arranjar a cooptação da consciência abstrata do proletariado. A inércia na qual parecemos existir nos dias de hoje só é possível ser construída com a sistemática solapa das possibilidades de criação de novos discursos que levariam a criação de uma nova narrativa social.

Todas as instituições civis e públicas corroboram com a manutenção de uma ideologia burguesa. Bastou analisarmos cada um dos exemplares que o Anexo X traz e compararmos com a simplicidade e a brutal realidade do patrimônio elencado pelos alunos da escola Marina de Godoy Neto, de um lado casarões e palacetes que são lembrados, não pelas suas qualidades arquitetônicas, mas sim pelas famílias que daquele espaço usufruíram as suas vidas inteiras e ainda usufruem. E do outro lado a simplicidade de uma “pinguela” que propiciava a uma comunidade inteira deslocar-se dentro do seu território ou uma árvore que gera espaço para o lazer e brincadeiras para as crianças do local.

Apontamento e indagações podem ser criadas em comparar um prédio como o da Câmara de Vereadores a uma “pinguela” de madeira, mas, o patrimônio, neste caso, não remete somente à qualidade estética ou as técnicas de construção. Até porque o Anexo X não referencia tais obras por esse viés. É claro que o patrimônio de classes abastadas terá qualidade estética e, memorável apelo arquitetônico, afinal de contas, os prédios são representação do poder hegemônico dessas classes. Estamos aqui questionando, para além da qualidade visual do patrimônio,

os valores que cada um desses entes representam no imaginário das classes dominadas. Um pontilhão de madeira pode não ter qualidade estética e, realmente arquitetonicamente analisado, não o tem, todavia esse ente material carrega o trabalho de uma comunidade inteira que, no intento de melhorar a sua qualidade de vida empreenderam esforços para a construção de um item de suma importância para o seu cotidiano.

Salientamos também que, não pretendemos lançar anátema a todo o conjunto do patrimônio elegido nas listagens públicas Brasil afora, apesar de a evidente utilização deste como motor mantenedor da ideologia de dominação burguesa, é mais uma instituição utilizada nos diferentes discursos da classe dominadora, direcionados à classe trabalhadora

Através dessas instituições os indivíduos e as classes são educados em torno de valores e regras daqueles que dominam e, em geral, devem perceber o mundo de acordo com esse horizonte. Nessas condições, a dominação é internalizada em cada sujeito e se reproduz desde baixo. (OSÓRIO, 2019, p. 73)

Portanto, muito antes de o conjunto de patrimônio elencado pelo Estado brasileiro ser apenas um aglomerado de prédios bonitos que não reflete todos os extratos da sociedade, essas listas servem como simbologia dos valores e das regras que a população deve seguir e acreditar, “quem domina o passado, domina o futuro. e quem domina o presente, domina o passado.” George Orwell (2019) em “1984”, nessa passagem do livro distópico já citado nesta dissertação o autor exprime com fidedignidade a importância da manipulação dos signos do passado para a dominação do futuro e a materialização artística de que “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

A manipulação dos símbolos imagéticos que um Estado elege como identidade nacional tem grande apelo na moral e na consciência da população. O patrimônio de hoje é descuidado, não recebe atenção nem por parte do Estado e muito menos por parte da sociedade. Essa desqualificação sistemática que esses ícones do passado vêm recebendo demonstram como a luta de classes se expressa de diversas maneiras e como a defesa dos interesses capitalistas passa, inclusive

pela destruição dos seus símbolos outrora necessários a consolidação da sua hegemonia e, novamente o papel do Estado é fundamental

Nem o Estado brasileiro, após a redemocratização, chegou a construir uma política eminentemente pública para a área, pois as leis de incentivo fiscal não atendem integralmente a esta condição, nem as universidades são talhadas para processar as exigências nelas contidas. Resulta desse cenário a ampliação do leque das responsabilidades às quais essas instituições são obrigadas a responder, hoje submetidas a solicitações, demandas e urgências de vária ordem. (LIRA, 2014, p.12).

Ainda assim, com todo o esforço da manutenção da simbologia burguesa no patrimônio arquitetônico, até mesmo as classes dominantes não têm interesse por seus ícones materiais. A desqualificação com a qual o patrimônio arquitetônico é tratado no país, expressa também a desqualificação que os profissionais da arquitetura são tratados. O “*modus operandi*” do capitalismo é o da expropriação, tanto das forças materiais, quanto das forças imateriais, conscienciais das sociedades. Primeiro elencamos prédios de viés arquitetônico europeu, depois no atendimento dos interesses imobiliários, esse mesmo patrimônio que identifica a classe dominante perante as classes dominadas, sofre demolições, descaracterizações e abandono e darão lugar a um novo símbolo, o do capital financeiro através de prédios espelhados que, novamente, nada dialogam com a realidade estética da população. As cidades são palco dos interesses do capital e, por vezes, somos meros espectadores da ressignificação estética das nossas próprias vidas.

Podemos constatar o sistemático descaso do Estado e dos governos, principalmente os mais orientados ao fascismo, com os recentes escândalos envolvendo o atual presidente da república e a Presidente do IPHAN onde, Bolsonaro intervém a favor do empresário Luciano Hang, dono das empresas HAVAN, numa obra para instalação de uma nova loja na cidade de Rio Grande (RS).

No ano de 2019 a obra foi interditada por 40 dias após um artefato ser encontrado durante as escavações para as fundações do prédio. O presidente, em pronunciamento no dia 15 de dezembro de 2021, afirmou que “ripou” alguns funcionários do IPHAN no caso da loja de Luciano Hang e que solicitou interferência direta da Presidente do IPHAN Larissa Rodrigues Peixoto Dutra, o que levou o Ministério Público Federal a suspender a nomeação da presidente.

Casos de intervenção como esse são muito comuns, principalmente em cidades menores onde a mídia local não tem o alcance que a nacional tem. Sistemáticamente, até mesmo os símbolos da burguesia são destruídos, por ela mesma, quando as necessidades de lucro e de expansão do capital se fazem necessárias.

Outro caso que pode demonstrar a capacidade de desmantelamento das redes institucionalizadas de patrimônio é o projeto de lei 418/2021 que altera a lei do CEC – Conselho Estadual de Cultura votada no dia 14 de dezembro de 2021 na Assembleia Legislativa, em que a já incipiente participação popular na escolha e proteção do patrimônio do estado do Rio Grande do Sul, sofrerá mais um golpe com a entrada facilitada de classes da sociedade que não têm ligação alguma com a cultura e o seu resguardo, é a porta aberta para a participação da exploração pelo capital de maneira institucionalizada.

A análise aqui realizada levou-nos por muitos caminhos, questionamos o patrimônio, como ele é feito? Para quem ele é feito? E para que ele é feito? Através dele, evidenciamos o papel ideológico que o Estado tem de ser o mantenedor da sociabilidade capitalista e como, o capitalismo coopta as diferentes expressões da vida humana em seu favor. Demonstramos também, de maneira sucinta como a academia utiliza do seu conhecimento em prol, também, da manutenção da ideologia capitalista. Não queremos de forma nenhuma achar culpados para além do único criador desse problema que é o próprio sistema Capitalista. A rede ideológica que se formou desde há muito tempo se retroalimenta de todos esses atores que atuam nos seus espaços de trabalho e por isso mesmo que o capitalismo trabalha em rede para a manutenção de si mesmo.

Para além dessa rede artificial que cria e recria ideologia burguesa, temos, como demonstrado, as redes de memória e patrimônio orgânicas criadas pela própria comunidade. Um conjunto de símbolos com valor de uso para aqueles que a elegem e, sem listá-los em nenhum livro de tombo ou documento, as mantêm vivas e, na medida do possível, em bom estado de conservação.

Soubemos pelo caminho trilhado que o trabalho de cooptação do imaginário do cidadão comum é sistemático e com amarras em todos os aspectos da vida, um prédio, como dissemos, não é apenas um amontoado organizado de tijolos, argamassa, telhas e madeira, um prédio, é um discurso que propaga valores, que

propaga ideais, acontecimentos e cria a imagem da dominação para com o dominado.

A professora e a criança que narram as histórias de suas famílias que já trabalharam nos casarões do Anexo X expressam a luta de classes velada que esses discursos em forma de prédio trazem consigo. A escolha deles é uma lembrança para o trabalhador de que ali, apesar de ter status de memória coletiva, ele só vai entrar pela porta dos fundos e para executar algum trabalho ou serviço para a família proprietária. O mesmo acontece quando um desses exemplares é derrubado e no seu lugar constroem um espigão espelhado, a lembrança para o trabalhador é a mesma, nesse prédio moderno, somente pelos fundos e pelo elevador de serviço ou, como narram pedreiros Brasil afora que constroem prédios milionários que depois de prontos nunca mais são autorizados a entrarem lá.

O discurso hegemônico e distópico que o capitalismo cria e retroalimenta desde há muito tempo só poderá ser destruído pela classe trabalhadora. As redes de apoio e amparo que as comunidades constroem, inclusive durante a atual pandemia de COVID-19. Um exemplo de cuidado e suporte comunitário aconteceu na favela da Maré no Rio de Janeiro que reduziu em 90% o número de mortes enquanto o resto da cidade vivia um caos sanitário (BBC, 2021).

Da burguesia e da ideologia burguesa não é de onde virá a possibilidade de a humanidade sobreviver, inclusive ao caos climático que estamos prestes a enfrentar nos próximos anos. O único lugar possível é da classe trabalhadora que sobrevive aos desmandos do capital desde o seu início. Acreditar em um futuro possível, esperar, como diz Paulo Freire, um futuro possível, somente pelos braços e mentes de trabalhadores e trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Sharon. **Maioria das obras é feita sem acompanhamento técnico.** Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/imoveis/maioria-das-obras-e-feita-sem-acompanhamento-tecnico-brrq8cjo6sdxlhrzc8xvvq8rk/>. Acesso em: 05 dez. 2021.

ALVES, Glória da Anunciação. **A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido, percebido e vivido.** Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163307/159118#content/cross_reference_4. Acesso em: 15 dez. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12.267. Normas para elaboração de Plano Diretor.** Rio de Janeiro, 1992.

BIELASKI, Elias. **Morte de José Cândido de Godoy Neto completa 10 anos.** Clic Camaquã. 14 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.cliccamaqua.com.br/noticia/68033/morte-de-jose-candido-de-godoy-netto-completa-10-anos.html>. Acesso em: 20 nov. 2021.

CAMAQUÃ, ANEXO X - ZEICHA, **Lei Complementar Municipal nº 1.051**, que institui o Plano Diretor, de 15 de maio de 2007.

CAMAQUÃ. **Lei Orgânica do Município de Camaquã**, de 3 de abril de 1990.

CÂMARA. **Camaquã, 157 anos de história.** Disponível em: <https://www.camaracq.rs.gov.br/noticia/camaqua-157-anos-de-historia-3756>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CENSO DE 2010. [on-line] www.ibge.gov.br. Acesso em: 05 mar. 2020.

CHGAS, Eduardo F. **O Método Dialético de Marx: Investigação e Exposição Crítica do Objeto.** Disponível em: <http://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/Sintese/article/view/1036/1460>. Acesso em: 20 dez. 2021.

COUTO, Felipe Froés; CARRIERI, Alexandre de Pádua. **Análise Crítica do Discurso: A Teoria a partir de Teun A. Van Dijk.** Disponível em: <https://login.semead.com.br/21semead/anais/arquivos/781.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

DA LUZ, Juares. **Núcleo de Pesquisas Históricas de Camaquã emite nota de esclarecimento sobre a data de fundação do município.** Disponível em: <https://blogdojuares.com.br/noticia/35116/nucleo-de-pesquisas-historicas-de->

camaqua-emite-nota-de-esclarecimento-sobre-a-data-de-fundacao-do-municipio.html. Acesso em: 25 nov. 2021.

ECKERT, Cornélia. A cidade e suas crises: o patrimônio pelo viés da memória. In: *Habitus, Revista do Instituto de Pré-História e Antropologia*. Universidade Católica de Goiânia. Goiânia, GO, Ed. da UCG. v. 1, n. 1, jan./jul. 2006.

EDUCAÇÃO & REALIDADE. Currículo. Porto Alegre: UFRGS/FACED, v. 26, n. 2, jul./dez. 2001. Tema do fascículo: Pedagogia, docência e cultura. Fernanda Muller. Infância e cidade.

FREIRE, Paulo. **A Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FUNDAÇÃO ARIGATOU. **Aprender a Viver Juntos**. Um programa Inter-religioso para a Educação Ética. Tradução: Fundação Arigatou. Genebra: MULTICOLOR S.A., 2009.

HARTOG, F. **Régimes d'historicité**. Présentisme et expériences du temps. Paris: Editions du Seuil, 2003. (tradução livre).

IBGE. **Conheça o Brasil – População COR OU RAÇA**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html#:~:text=De%20acordo%20com%20dados%20da,1%25%20como%20amarelos%20ou%20ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 20 abr. 2021.

LERNER, Guerda. **A Criação do Patriarcado**: A história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Tradução de Jeferson Luiz Camargo. 3.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: Identidade e Alienação. 6. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

MARX, K. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social". De um Prussiano**. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000012.pdf>. Acesso em: 09 dez. 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MATOS, Eduardo. **TJ confirma que Avenida da Legalidade e da Democracia voltará a ser chamada de Castelo Branco**. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2018/08/tj-confirma-que-avenida-da-legalidade-e-da-democracia-voltara-a-ser-chamada-de-castelo-branco-cjlhaon9n05qo01qkictn1837.html>. Acesso em: 20 dez. de 2021.

NYGAARD, Paul Dieter. **Espaço da cidade**: segurança urbana e participação popular. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2010.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da Mundialização**. A sociedade civil e o tema do poder. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

QUEM era Coronel Sylvio Luiz no cotidiano, pesquisador, historiador Breno Vielitz Neto. Produção: Rádio TV Cidade. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iABTNM83fOM>. Acesso em: 10 dez. 2021.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. **Decreto Lei nº25** que institui o IPHAN, de 30 de Novembro de 1937.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos Lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo. Boitempo, 2015.

ROSA, Fulvio Lessa da. **Regularização fundiária**: conquista heroica do bairro Getúlio Vargas em Camaquã. Porto Alegre: Evangraf, 2012.

SCHÜTZ, Rosalvo. **A teoria crítica de Karl Marx nas perspectivas de Theodor Adorno e Enrique Dussel**. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/33221/73280>. Acesso em: 15 dez. 2021.

VAN DIJK, T.A. **Discurso, Notícia e Ideologia**. Estudos na Análise Crítica do Discurso. Tradução de Zara Pinto-Coelho. Porto: Campo das Letras, 2005.

VITORIO, Tamires. **Bilionários ficaram US\$ 5 trilhões mais ricos em meio à pandemia de covid-19**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/mesmo-com-a-pandemia-da-covid-19-bilionarios-ficaram-us-5-trilhoes-mais-ricos/>. Acesso em: 12 de dez. 2021.

WEIMER, Günter. **Origem e evolução das cidades rio-grandenses**. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

APÊNDICE A

Quadro Metodológico

TEMA	PROBLEMAS	MÉTODO E TIPO DE PESQUISA	SUJEITOS	INSTRUMENTOS E TÉCNICAS
Patrimônio e Identidade Cultural, a distopia entre o institucional e o real.	A maneira como o patrimônio cultural brasileiro é instituído na contemporaneidade é a realidade do que as comunidades têm como patrimônio cultural?	Método Marxista Dialético; Pesquisa Bibliográfica. Pesquisa Participante.	Livros; Revista, Artigos, Leis Municipais, Currículo Escolar e a Comunidade Escolar.	Análise de Discurso em Van Dijk de Theun Van Dijk.. Educação Ética, caminho para a reconciliação.
DELIMITAÇÃO	QUESTÕES NORTEADORAS	CATEGORIAS EXPLICATIVAS	UNIVERSO DE AMOSTRA	APLICADOS A QUE SUJEITOS?
Camaquã, 2015 a 2017.	Qual a concepção e as características de patrimônio cultural instituído no Brasil? Quais os determinantes que conformam essa conceituação e essa constituição? Compreender como as comunidades ou a classe trabalhadora definem e caracterizam o que consideram patrimônio cultural? Qual a relação que se pode verificar entre o patrimônio cultural instituído e o construído pelas comunidades ou pelos trabalhadores?	Brasil; Questão Social; Cidades Brasileiras; Identidade Cultural.		

	<p>Compreender como o patrimônio cultural brasileiro contempla a diversidade identitária das comunidades e segmentos populacionais no âmbito das cidades?</p> <p>Compreender como a questão social se expressa na relação patrimônio instituído e patrimônio construído?</p>			
OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS ANALÍTICAS	CRITÉRIOS	APLICADOS A QUAIS DOCUMENTOS
Desnudar o papel do Estado Burguês na invisibilidade da identidade cultural das populações trabalhadoras.	Analisar e entender como a comunidade vem formando as suas redes de identidade e como o seu patrimônio local diverge do patrimônio instituído.	Questão Social; Políticas Públicas; Identidade Cultural.	Re vistas Indexadas; Serviço Social; Arquitetura; Urbanismo; Leis Municipais; Currículo escolar do VI ano.	Leis Municipais e currículo escolar; artigos indexados nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Educação e Serviço Social.